

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA EM REDE
NACIONAL

Denise Belitz Quaiatto

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL:
UMA HISTÓRIA DIDÁTICA DE SANTA MARIA E REGIÃO**

**Santa Maria, RS
2016**



PROFHISTÓRIA

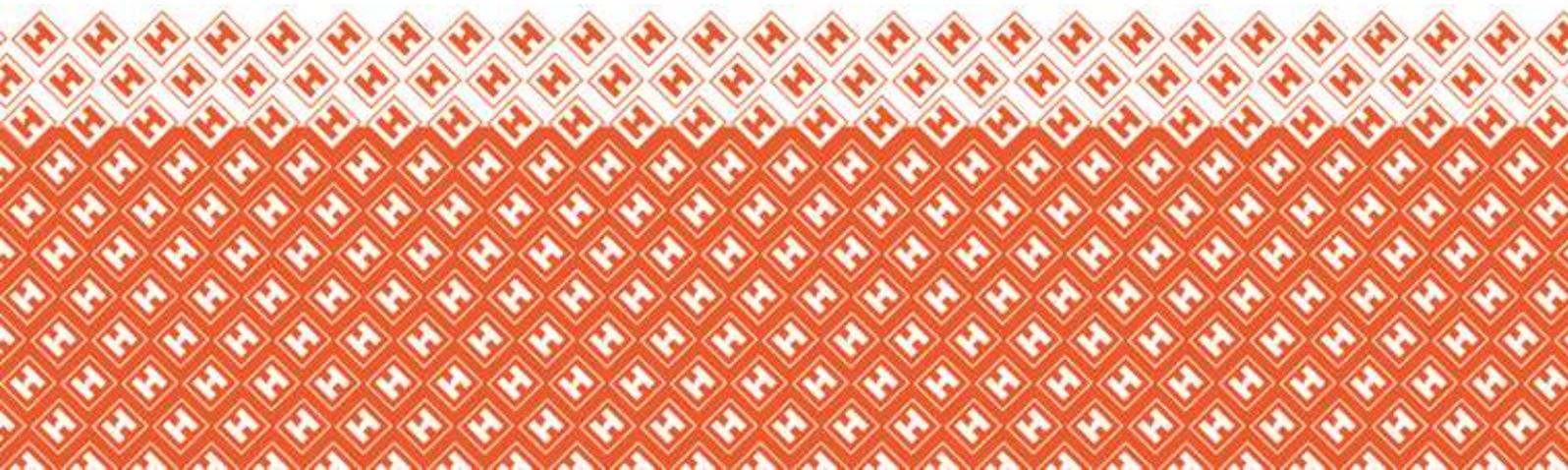
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Denise Belitz Quaiatto

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL:
UMA HISTÓRIA DIDÁTICA DE SANTA MARIA E
REGIÃO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Setembro/2016



Denise Belitz Quaiatto

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL:
UMA HISTÓRIA DIDÁTICA DE SANTA MARIA E REGIÃO**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ensino de História.**

Orientador: Prof. Dr. José Iran Ribeiro

Santa Maria, RS
2016.

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Belitz Quaiatto, Denise

Ensino de História Local: uma história didática de Santa Maria e Região / Denise Belitz Quaiatto.- 2016.
85 p.; 30 cm

Orientador: José Iran Ribeiro

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em História em Rede Nacional, RS, 2016

1. Ensino de História 2. Livro Didático 3. História Local I. Ribeiro, José Iran II. Título.

Denise Belitz Quaiatto

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL:
UMA HISTÓRIA DIDÁTICA DE SANTA MARIA E REGIÃO**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ensino de História**.

Aprovado em 8 de setembro de 2016:

José Iran Ribeiro, Dr. (UFSM)
(Orientador/Presidente)

Vitor Otávio Fernandes Biasóli, Dr. (UFSM)

Véra Lucia Maciel Barroso, Dra. (Centro Histórico Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre)

Santa Maria, RS
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus familiares pelo incentivo e pelas demonstrações de orgulho ao meu ingresso em um curso de pós-graduação. Ao meu companheiro, Fabricio pelo apoio incondicional e pela sua compreensão quanto à minha ausência em virtude dos compromissos profissionais e de estudo.

Gostaria de demonstrar aos meus colegas de curso, um grande reconhecimento e um imenso afeto por terem me dado a oportunidade de dividir dúvidas e angústias, o que nos aproximou ao ponto de nos tornarmos grandes amigos e apoiadores mútuos.

Agradeço ao meu orientador José Iran Ribeiro, que com suas críticas oportunas e seu conhecimento em ensino de História contribuiu para a fundamentação teórica desse trabalho, além de compreender minhas restrições quanto a disponibilidade de tempo à elaboração do trabalho.

É imprescindível um agradecimento especial aos componentes da banca examinadora, Vitor Otávio Fernandes Biasóli e Véra Lucia Maciel Barroso, por aceitarem dispor de seu tempo corrido, por contribuírem com a sua experiência e pelo seu comprometimento com uma maior qualidade na formação continuada de professores.

RESUMO

ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: UMA HISTÓRIA DIDÁTICA DE SANTA MARIA E REGIÃO

AUTORA: Denise Belitz Quaiatto
ORIENTADOR: Dr. José Iran Ribeiro

Esse trabalho tem por objetivo expor a importância do ensino de História local na construção de sujeitos históricos. A partir da argumentação, pretende-se apresentar como produto da discussão, um livro didático sobre a história de Santa Maria e região voltado para as séries iniciais. Em um primeiro momento será apresentada uma breve trajetória do livro didático no Brasil a partir da instituição do ensino básico na primeira metade do século XIX. A seguir, será apresentado o conceito de consciência histórica para a construção da cidadania, seguido da importância do ensino de História Local na construção dos sujeitos históricos. A partir de uma reflexão sobre a produção historiográfica local, finalmente, será apresentada a proposta de um material para uso didático a partir da produção acadêmica e não acadêmica sobre a História de Santa Maria e região.

Palavras-chave: Ensino de História. História local. Livro didático.

ABSTRACT

LOCAL HISTORY TEACHING: A DIDACTICISM HISTORY OF SANTA MARIA AND REGION

AUTHOR: Denise Belitz Quaiatto

ADVISOR: José Iran Ribeiro

This paper aims at presenting the need for local history of education with the production of a textbook on the history of Santa Maria and the region facing the fundamental series. At first it will be presented a brief history of the textbook in Brazil from the primary education institution in the first half of the nineteenth century. Next, the concept of historical consciousness for the construction of citizenship will be presented, followed by important local history of education in the construction of historical subjects. From a reflection about the local historiography, finally, the proposal for a material for educational use from the academic production and nonacademic on the history of Santa Maria and the region will be presented.

Keywords: teaching history. Local History. Textbook.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. UMA BREVE TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL.....	12
3. O ENSINO DE HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA.....	17
3.1 A importância do ensino de História na construção de sujeitos históricos.....	17
3.2. O ensino da história local e regional como exercício do sentido de pertencimento e de cidadania.....	19
4. O USO DO LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO SUPORTE METODOLÓGICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....	22
5. O ENSINO DE HISTÓRIA DE SANTA MARIA E REGIÃO: A PROPOSTA DE UM LIVRO DIDÁTICO PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	26
6. CONCLUSÃO.....	28
7. REFERÊNCIAS.....	32
ANEXO A- NÚMEROS DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO-PNLD.....	35
ANEXO B- BIBLIOGRAFIA CONSULTADA PARA A ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO.....	35
ANEXO C- PROPOSTA DE LIVRO DIDÁTICO PARA AS SÉRIES INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	38

1. INTRODUÇÃO

O estudo das ciências humanas, área do conhecimento a qual a História pertence, parte do pressuposto de que as sociedades são dinâmicas e plurais. Vários são os atores sociais que nas mais variadas épocas, contribuíram para mudar o curso da História. Estabelecendo um constante diálogo com as demais ciências sociais, o ensino de História deve contribuir para que o educando compreenda que a sua realidade sociocultural no tempo presente resulta, diretamente, de um conjunto de forças econômicas, sociais, culturais e políticas desenvolvidas no passado. Nesse sentido, o estudo da História tem como principal objetivo a compreensão das ações humanas ao longo do tempo, promovendo o desenvolvimento de uma consciência crítica para o exercício efetivo da cidadania.

Recentemente, os métodos tradicionais de ensino têm sido questionados com maior ênfase, bem como os livros didáticos no tocante aos seus conteúdos, exercícios propostos, o papel que desempenham, bem como seus usos ideológicos e metodológicos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental “reconhecem a realidade brasileira como diversa, e as problemáticas educacionais das escolas, das localidades e das regiões como múltiplas” (BRASIL, 1997 p. 15). Porém, ainda que o educador disponha de certa autonomia para trabalhar conteúdos pré-selecionados como meio ambiente, patrimônio histórico-cultural e aspectos sociais, econômicos e políticos, os estudantes raramente percebem a sua realidade histórica trabalhada na sala de aula.

Na condição de professora de História do ensino básico, percebo a dificuldade que a maioria dos estudantes demonstra ao relacionar a sua realidade histórica com realidades temporais e espaciais mais abrangentes. É nessa lacuna que o ensino de história local adquire importância para dar sentido à condição histórica do educando. Essa relação, pensada e aplicada partir das séries iniciais do ensino fundamental contribui para que o educando perceba, por exemplo, de que forma a história da sua cidade está relacionada com a história do país e com o mundo em distintas épocas.

Para os primeiros ciclos do Ensino Fundamental, os PCNs recomendam que os conteúdos trabalhados devam partir da história do cotidiano da criança, em seu tempo e espaço específicos. Porém incluindo contextos históricos mais amplos, partindo do tempo presente e reconhecendo a existência de tempos passados, modos de vida e costumes diferentes dos que conhecemos, sempre os relacionando ao tempo presente e ao que a criança conhece, para que não fique apenas no abstrato.

Novas percepções metodológicas têm trazido a nós, educadores, reflexões profundas quanto à interação entre teoria e prática no espaço escolar, entre as relações estabelecidas entre o currículo formal, elaborado por especialistas e instituições e o currículo real que, efetivamente, se concretiza no ambiente escolar e ainda diferente em relação ao conteúdo encontrado em materiais didáticos. Com essa nova demanda, torna-se imprescindível que o educador aproxime a aprendizagem histórica da realidade histórica do estudante, propondo ações e superações de problemáticas no sentido de superar os métodos tradicionais de memorização e reprodução.

Surge, com isso, uma extensa discussão a respeito da importância do ensino de História Local, uma vez que essa proposta de abordagem possibilita novas visões sobre o processo de aprendizado da História e, a influência do meio em que o aluno e a escola estão inseridos. Para Samuel (1990, p. 220)

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível do desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos (...).

Ensinar história a partir da realidade do aluno para que este participe do processo de aprendizagem constatando a relação escola - comunidade escolar – município – região torna-se necessária para a construção da identidade e o reconhecimento do espaço a partir de experiências do cotidiano.

Nas duas últimas décadas, uma vasta produção acadêmica tem contribuído para ampliar o estudo sobre a história local. No entanto, grande parte dessa produção permanece restrita à comunidade discente das instituições de ensino superior e desconhecida para população em geral e principalmente, para os estudantes da rede municipal de ensino. Entre outras razões, as exigências e características da produção acadêmica, resultam que essas pesquisas não são acessíveis a um público não-especialista, tornando-se difícil o seu uso didático-pedagógico. Nesse sentido, a existência de um texto sobre a história de Santa Maria e Região, pedagogicamente adequado ao ensino e aprendizado escolar irá contribuir para a constituição dos saberes da população local sobre ela mesma.

Visando a contemplar inovações necessárias para a prática efetiva de um ensino de maior qualidade, partindo da necessidade da abordagem de história, mais especificamente das histórias municipais e regionais, proponho a partir de pesquisa bibliográfica a produção de um material didático atualizado voltado a atender essa demanda. Com base em pesquisa

iconográfica, consulta bibliográfica e documental, o objetivo é produzir um livro didático sobre a história de Santa Maria e região para ser utilizado no ensino fundamental, haja vista a carência de material semelhante nas escolas municipais.

Partindo da constatação de que os educadores das séries fundamentais sentem a dificuldade dos estudantes em situarem-se no tempo e no espaço, o material será estruturado a partir de uma abordagem cronológica dos principais desdobramentos históricos da região central do estado desde os primeiros habitantes até as décadas finais do século XX, relacionando-a com aspectos socioculturais, políticos e econômicos. O objetivo do trabalho é dialogar com a ampla produção historiográfica - acadêmica ou não - existente sobre o tema, elaborando um material didático que permita a compreensão da história regional no espaço escolar.

2. UMA BREVE TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

O modelo de escola predominante no Ocidente atual é uma criação da assim chamada Modernidade que se estabeleceu no século das luzes e estruturou-se a partir de um currículo racional-cientificista. Sua eficácia no atendimento aos interesses da ordem burguesa explica o fato do modelo de escola europeu ter se tornado a forma educacional hegemônica em todo o mundo. No Brasil, a estruturação do ensino e, conseqüentemente, a produção dos livros didáticos durante o século XIX, também foram influenciados diretamente pela concepção educacional oriunda das transformações econômicas e políticas da Revolução Francesa. Sendo assim, o estabelecimento da educação escolar foi planejado e acompanhado pelo poder governamental, que passou a utilizar vários mecanismos para direcionar e controlar o saber disseminado. Na tríade em sentido decrescente Estado - sistema educacional - livro didático, “a origem do livro didático está vinculada ao poder instituído” (BITTENCOURT, 2008, p. 23) e nessa perspectiva, este último constitui um instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e aprendizado nos diferentes níveis escolares.

No século XIX, quando o conceito de nacionalidade surgido na Europa era apresentado como um discurso de fortalecimento principalmente dos Estados-nações, o controle sobre as obras impressas era realizado com muito cuidado vigiado de perto pelos governos como uma forma de garantir a ideia de unificação cultural e territorial. Cuidado este que persistiu durante a primeira metade do século XX, nos países governados por regimes

totalitários. O controle sobre os livros didáticos é ainda mais perceptível, por estarem ao alcance de um número considerável de crianças e jovens, na maioria das escolas públicas eles são distribuídos pelo próprio governo.

No Brasil, a introdução da História no currículo escolar ocorreu sob forte influência do modelo educacional francês, a partir do estabelecimento do Colégio Pedro II “que durante o Império funcionaria como estabelecimento-padrão de ensino secundário, o mesmo ocorrendo na República, sob a denominação de Ginásio Nacional” (NADAI, 2001, pág.146). Este, por sua vez, estruturou-se seguindo as diretrizes ideológicas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, criado em 1838 e que tinha como principal função tornar-se arquivo e guardião da história brasileira, estabelecendo parâmetros muito definidos em relação ao que deveria ou não ser histórico ou historicizado. Apesar de não estar ligado diretamente à estrutura escolar brasileira, a instituição atuou como estratégia eficaz no processo de fortalecimento do estado monárquico, tornando-se o grande centro da intelectualidade da Corte na segunda metade do século XIX.

Analisando a produção didática do período monárquico e início da República do Imperial Colégio Pedro II, Melo (2008, p. 36) destaca:

“O que se buscava então, era compor uma história nacional, por brasileiros, definindo um passado comum para o país. Em suma, ser um apoio a construção histórica a de uma Estado Nacional brasileiro, recém-formado, que nascia grande territorialmente, porém sem unidade histórica, interpretativa unicizante, que acompanhasse a ordem política centralizadora, construída e que construía o II reinado.”

Inicialmente, o ensino baseava-se nas traduções de compêndios franceses que tratavam da História Universal, História Antiga, História Romana, adequando-se nas décadas posteriores às reformas realizadas nos Liceus franceses. A História nacional ocupava um lugar secundário, relegada aos anos finais dos ginásios com cargas horárias mínimas fato explicado pela ausência de produção de obras nacionais.

Analisando a produção didática do Brasil império, Bittencourt (2008, p. 47) destaca a preocupação das autoridades educacionais em dois níveis:

[...] além do manual escolar ser confeccionado de forma correta quanto às suas informações e estar atualizado com as inovações científicas, padrões linguísticos, deveria expressar os valores e a moral de sua época, evitando assim, qualquer desvio de natureza “espiritual” em sala de aula.

Dessa forma, existia uma legislação específica para prescrever quais obras poderiam ser adotadas e de que forma deveriam ser usadas, algo próprio de uma concepção de educação influenciada pela moral religiosa decorrente da relação entre Igreja e Estado¹. Essa preocupação excessiva é explicada pelo fato de que a literatura didática era entendida como uma possibilidade de unificar a educação escolar em todo o território nacional.

Dentre as primeiras obras nacionais produzidas para a disciplina de História destacaram-se no período monárquico e republicano respectivamente, as maiores referências são dos livros *Lições de História do Brasil para os alunos do Imperial Colégio Pedro II* de Joaquim Manuel de Macedo e *História do Brasil – curso superior* de João Ribeiro. Para Melo (2008, p. 52),

Esses dois manuais tinham objetivos distintos no tocante a linha norteadora da abordagem dos seus conteúdos. Enquanto o primeiro consistia em um esforço para consolidar o Estado monárquico, o poder instituído e a unidade territorial, o segundo apresentava uma nova abordagem no sentido de enfatizar as mudanças políticas em curso, buscando uma identificação do povo brasileiro com o regime republicano.

No início do século XX, contudo, apesar de uma continuidade da identificação com a história europeia, surge a preocupação com a constituição de uma nacionalidade brasileira, em virtude da necessidade de consolidação da nova forma de governo. Dever-se-ia estudar a “biografia de brasileiros célebres, de notícias históricas do Brasil Colônia e Império e a história da proclamação da República” (MOACYR, 1942, p. 110-111).

Desde a implantação da república até a década de 1970, acompanhando um processo de secularização do ensino, houve o predomínio de um ensino de História baseado numa combinação de Positivismo e Nacionalismo, orientado “pela ideia de um conhecimento absoluto, definido e acabado; sua verdade é inquestionável desde que advinda dos documentos” (CAIMI, 2002, p. 46). E sendo assim, só são dignos de entrar para a História “fatos relevantes”, ou seja, a narrativa dos feitos dos governantes, dos heróis, das grandes batalhas, propondo uma evolução da História a partir de uma noção de progresso, com uma ênfase excessiva sobre a história política, tomando como referência a civilização europeia ocidental. E nesse caso, a história predominante era uma história das elites, em que são levados em grande estima os documentos oficiais do Estado, uma história rica em informações, precisão, vendo a História como uma ciência do passado.

¹ A Constituição de 1824 estabeleceu o regime do Padroado, caracterizando o Catolicismo como religião oficial do Estado brasileiro bem como a submissão da Igreja ao Estado.

Na década de 1930, tornou-se vitoriosa a tese da democracia racial expressa em programas e livros didáticos de ensino de História. Em 1938 - foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático² (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no país. Na perspectiva nacionalista da Era Vargas, todos deveriam conviver harmonicamente em uma sociedade multirracial e caracterizada pela ausência de conflitos, pois cada etnia colaborava, com seu heroísmo ou com seu trabalho, para a grandeza e riqueza da nação.

Durante os governos militares (1964-85), no contexto da Guerra Fria, foi realizada em 1962, a *Conferência de Punta del Leste*, onde esclareceu-se o objetivo da educação no contexto da Aliança para o Progresso, ou seja, a educação deve contribuir exatamente para o mundo do trabalho, formar trabalhador e não cidadão trabalhador. Dentre as diretrizes estabelecidas no documento, Araújo (2011, p. 56) ressalta:

[...] reformar e estender o ensino secundário, de tal modo que nova geração tenha oportunidade de continuar sua educação geral e receber um tipo de formação vocacional ou profissional de alta qualidade.[...].
[...] realizar estudos com o objetivo de atender as múltiplas necessidades de mão-de-obra qualificada, exigida pelo desenvolvimento industrial [...];

Estava aí a meta principal desta conferência, pois se tinha a proposta no papel e foi posta em prática por meio das Escolas Polivalentes, oficializadas pela Lei 5.692/71, cabendo então à *Escola Polivalente* formar o novo trabalhador brasileiro no contexto do Regime Militar. Em 1966, um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID³) permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. O acordo assegurou ao MEC recursos suficientes para a distribuição gratuita de mais de cinquenta milhões de livros no período de três anos. Ao garantir o financiamento do governo a partir de verbas públicas, o programa adquiriu continuidade, ao menos até o período de esgotamento do “Milagre Econômico”.

No contexto de redemocratização a partir da década de 1980, o ensino de História passou a ser ilustrado por múltiplas abordagens possíveis. A partir de então, apresenta-se uma crítica à abordagem eurocêntrica e pela primeira vez são introduzidos conteúdos relacionados

² Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, disponível em <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. > Acesso em 05/10/2015

³ *United States Agency for International Development*

à história local e regional nos currículos escolares. De forma pioneira, passam a ser desenvolvidas propostas por Eixos Temáticos e difundidas reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, os estudantes passam a ser considerados como participantes ativos do processo de construção do conhecimento, representando perspectivas muito presentes na concepção de ensino contemporâneo.

Nesse sentido, a autonomia do professor quanto ao uso de obras didáticas perante o critério da escolha ganhou um importante instrumento com a implantação do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, em 1985. Atualmente, a maioria das escolas da rede pública de ensino no Brasil está vinculada ao Programa, onde os professores e as equipes pedagógicas analisam e escolhem as obras a partir da análise do Guia Nacional do Livro didático. De acordo com o Ministério da Educação, “O livro didático deve ser adequado ao projeto político-pedagógico da escola; ao aluno e professor; e à realidade sociocultural das instituições”⁴. Sendo assim, a escolha deve ser feita a partir do contexto sociocultural no qual os estudantes estão inseridos, levando em consideração as demandas da comunidade escolar.

A autonomia proposta pelo PNLD representa um grande avanço se comparada às políticas públicas educacionais anteriores, no sentido de flexibilizar a escolha das obras didáticas. Contudo, a maioria das obras contempladas pelo Programa, em âmbito nacional negligencia a história local, dada a diversidade sociocultural do território brasileiro. Não obstante, o fato da diversidade regional não ser explorada no currículo escolar deve-se, muitas vezes, por uma questão de escolha ou até mesmo, pelas limitações metodológicas do próprio corpo docente.

⁴ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/pnld/index.php?option=com_content&view=article&id=13658 > Acesso em 20/11/2015.

3. O ENSINO DE HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

3.1 A importância do ensino de História na construção de sujeitos históricos

A História enquanto componente curricular passou por grandes mudanças nos últimos cem anos, tanto em relação às questões de aspecto teórico e historiográfico, quanto a sua metodologia de ensino. De uma disciplina meramente decorativa e de exaltação das elites, a História evoluiu para uma área do conhecimento que ampliou o conceito de fontes e sujeitos históricos e abriu diálogo com as mais variadas ciências. Nessa nova perspectiva, o próprio aluno transformou-se em um sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, deixando de ser um mero receptor do conhecimento científico.

Consequentemente, o estudo da História passou a contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica, possibilitando ao aluno perceber e ampliar o seu papel social. Rüsen (2010, p. 57) entende que a consciência histórica é “(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” Ela deve ser definida como uma categoria que se relaciona a toda forma de pensamento histórico, através do qual os sujeitos possuem a experiência do passado e o interpretam como história. Dessa forma, o autor chama a atenção para que a consciência histórica não deva ser entendida apenas como um “simples conhecimento do passado”, mas antes de tudo como um “meio de entender o presente e antecipar o futuro”.

As manifestações da consciência histórica são, portanto, elementos que geram um sentido na vida prática do indivíduo que, por sua vez, racionaliza a história e a interpreta como um campo inerente à própria existência humana. Com isso, faz-se necessário que novas maneiras de ser, sentir e saber o mundo sejam estimuladas no ensino de História, visando favorecer a formação do aluno-cidadão para que este assuma formas de participação social, política e de atitudes críticas diante da realidade que o cerca. Em suma, no momento em que o estudante se percebe na condição de sujeito histórico ele também percebe a sua capacidade de transformar a sua realidade histórica.

Dentre os objetivos do ensino de História para o Ensino Fundamental estabelecidos nos PCNs (BRASIL, 1998, p. 43) destacam-se:

[...] identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços;

- situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos;
- valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos; [...]
- questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação;
- reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar;
- conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais [...]

Uma das formas mais efetivas do educando compreender o contexto no qual está inserido é tomando conhecimento da sua própria história e da história da sua cidade. O Ensino de História nas Séries Iniciais deve considerar, primeiramente, a história de vida do aluno e isso pode ser feito através do uso das mais variadas fontes históricas, tais como relatos familiares, documentos, imagens, lembranças etc. Já a história da sua cidade deve levar em conta a relação da história de vida do aluno com várias outras fontes tais como manifestações culturais, patrimônio histórico, expressões artísticas, obras literárias e textos didáticos. A utilização desses inúmeros elementos passíveis de serem historicizados possibilita ao estudante reconhecer o contexto espacial e temporal no qual ele vive. E somente o conhecimento da sua realidade permite que o aluno possa exercer na plenitude as suas prerrogativas de cidadão, questionando ou defendendo as formas de organização social, econômica, política, educacional e cultural na qual ele está inserido.

Na educação infantil, a compreensão dessa realidade deve desenvolvida a partir da noção de tempo e de espaço. Nas palavras de Cruz (2003, p. 2):

Estudar História e Geografia na Educação Infantil e no Ensino Fundamental resulta em uma grande contribuição social. O ensino da História e da Geografia pode dar ao aluno subsídios para que ele compreenda, de forma mais ampla, a realidade na qual está inserido e nela interfira de maneira consciente e propositiva.

É mister, portanto que o ensino de História esteja pautado na construção do conceito de identidade e conseqüentemente, no estabelecimento de relações entre identidades individuais e coletivas. O ensino de História deve permitir que os alunos compreendam a partir de suas próprias experiências e representações, a época em que vivem e os grupos

sociais aos quais pertencem. Sendo assim, o ensino fundamental deve promover a reflexão do educando e cabe ao professor fazer com que esta reflexão seja efetivada.

Ressalta-se a importância dos PCNs de História para o Ensino Fundamental, estes elucidam que o papel do ensino de História está vinculado à produção da identidade e que:

A opção de se introduzir o ensino de História desde os primeiros ciclos do ensino fundamental explicita uma necessidade presente na sociedade brasileira e acompanha o movimento existente em algumas propostas curriculares elaboradas pelos estados. (...) A demanda pela História deve ser entendida como uma questão da sociedade brasileira, ao conquistar a cidadania, assume seu direito de lugar e voz, e busca no conhecimento de sua História o espaço de construção de sua identidade. (BRASIL, 1997, p.4-5)

Neste sentido, o papel do professor é preparar-se para que esta construção da identidade seja estimulada, para que a História enquanto veículo de identidade e de memória jamais seja tido como decorativos e desestimulantes. Nesta perspectiva o ensino de História nas Séries Iniciais, deve buscar envolver as crianças num sentido de valorização de sua própria história, alicerçando-se assim, a compreensão da história local e do mundo.

3.2 O ensino da história local e regional como exercício do sentido de pertencimento e de cidadania

No Brasil, a História Local tem sido proposta há pelo menos duas décadas, com diferentes formas de abordagem, sendo que nas décadas de 1970 e 1980, as propostas curriculares foram organizadas em círculos concêntricos, com abordagem dos estudos sociais partindo da realidade mais próxima do aluno. Entre as décadas de 1980 e 1990, predominou-se a história temática, sendo a história local colocada como estratégia pedagógica, para garantir o domínio do conhecimento histórico (HORN; GERMINARI, 2010).

Nos últimos anos, o tema vem sendo contemplado em várias produções acadêmicas, com assuntos que variam entre história social, econômica, política, cultural, patrimonial, de gênero, de minorias etc. No entanto, essa bibliografia se mantém geralmente distante na elaboração de materiais didáticos que sejam produzidos especificamente para o ensino fundamental, tão pouco essas obras apresentam uma escrita condizente com o público escolar em questão. Numa sociedade em constantes transformações, os educadores percebem a cada dia a necessidade de uma interação entre teoria e prática no espaço escolar, entre as relações

estabelecidas entre o currículo formal, elaborado por especialistas e instituições e o currículo real que, efetivamente, se concretiza no ambiente escolar.

Com essa nova demanda, torna-se imprescindível que o educador aproxime a aprendizagem histórica da realidade histórica do estudante, propondo ações e superações de problemáticas e superando os métodos tradicionais de memorização e reprodução. Ensinar história a partir da realidade do aluno para que este participe do processo de aprendizagem, relacionando o conteúdo da disciplina com a realidade que o cerca. Nesse sentido, torna-se necessário destacar a relação escola-município-região, articulação que auxiliará no processo de construção da identidade do estudante e na ressignificação do espaço em que vive a partir das experiências historicizadas no cotidiano.

Nas séries iniciais, a criança tem dificuldade para entender o sentido de história em seu contexto de temporalidade, este tema está inserido no currículo escolar e deve ser trabalhado para que então a criança comece a construir esta noção de temporalidade. Nesta perspectiva o ensino de História nas Séries Iniciais, como dito anteriormente, deve buscar envolver as crianças num sentido de valorização da sua própria história e da realidade histórica que o cerca. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História a História Local está indicada tanto como eixo para seleção de conteúdos quanto método de ensino-aprendizagem. Essas diretrizes destacam que os estudos da história local “conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. (BRASIL, 1997, p. 40).

Ao encontro dessa perspectiva, o ensino da História possibilita diferentes relações no tempo e no espaço passando-se pela história local, regional e do mundo, assim, possibilitando ao aluno, inúmeras conexões com o conhecimento. O conhecimento da história da cidade em que vive, por sua vez, possibilita ao educando relacionar a sua realidade regional com o processo histórico da sua nação e do mundo. Bittencourt (2008, p. 203) considera que:

“Os estudos da história local devem tentar buscar no recorte micro os sinais e as relações da totalidade social, rastreando-se por outro lado, os indícios das particularidades – os homens e as mulheres de carne e osso. A história do Brasil se constitui, assim, por uma dimensão nacional, local e regional”.

Nesse processo, vários recursos podem ser utilizados em diferentes níveis, para tornar a História uma realidade mais próxima possível da criança. Partimos do pressuposto que todos os sujeitos possuem uma história, tanto individual quanto coletiva, sendo que a primeira noção empírica de história que temos contato ocorre ainda no âmbito familiar. Esse

conhecimento advém de relatos transmitidos ao longo das gerações, bem como em contato com objetos que nos remetem ao nosso passado, tais como fotografias documentos, roupas, brinquedos etc., e que adquirem sentido ao longo das nossas experiências cotidianas.

Em um segundo momento, passamos a compreender realidades históricas mais complexas e esse processo ocorre principalmente na escola. Nessa fase, conjugamos a história pessoal e familiar com a história do nossa comunidade, do nosso município e realidades temporais e geográficas mais amplas. A partir de então, o nosso conhecimento histórico adquire caráter científico ao mesmo tempo em que passamos a nos autocompreender a partir da nossa realidade e das nossas próprias experiências, da época em que vivemos e do espaço ao qual fazemos parte. Dessa forma, a escola passa a contribuir diretamente para a promoção da cidadania e para a construção de identidades, sejam elas individuais e ou coletivas.

No processo de difusão e consolidação de identidades, vários são os instrumentos que professores e estudantes podem utilizar dentro e fora do espaço escolar para a promoção da cidadania, desde fontes iconográficas, audiovisuais e escritas. Sendo assim, o livro didático, enquanto produto cultural, também contribui para a construção da consciência histórica, conforme destaca Diehl (2002, p. 23):

“A didática da História está orientada, fundamentalmente, para a pesquisa sobre o significado do passado na constituição das sociedades; também para possibilitar consciência histórica que, por sua vez, sustenta a identidade de indivíduos e grupos sociais estruturais; exige uma práxis socialmente racional e abarca a história como processo, pretendendo ampliar as qualidades humanas através da ação.”

O conhecimento histórico deve, portanto, propiciar aos alunos o dimensionamento de si mesmos e de outros indivíduos e grupos em temporalidades históricas distintas, possibilitando uma reflexão sobre contemporaneidade pensada e vivida, enquanto produto da racionalidade humana. Assim, a escolha dos conteúdos deve fundamentar a compreensão de que os problemas atuais e cotidianos não podem ser explicados unicamente a partir de acontecimentos restritos ao presente, promovendo questionamentos ao passado, análises e identificação de relações entre vivências sociais no tempo. Isso significa que os conteúdos a serem trabalhados com os alunos não devem se restringir unicamente ao estudo de acontecimentos e conceituações históricas, mas que o aluno possa reconhecer continuidades e mudanças em todas as áreas do conhecimento. É preciso promover práticas de ensino e incentivar atitudes nos estudantes que sejam coerentes com os objetivos da História, tais como

partir de problemáticas atuais identificando origens, continuidades e rupturas ao longo do tempo no sentido de promover a compreensão de sua realidade espacial e temporal.

A ampliação de temas de estudo e de possibilidades teórico-metodológicas tem auxiliado o pesquisador a refletir cada vez mais sobre os fatores que interferem na construção do conhecimento histórico e o que faz-se necessário ser ensinado, como afirma Silva (2003, p. 14-15)

“A questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado. De uma forma mais sintética, a questão central é: o quê? Para responder a essa questão, as diferentes teorias podem recorrer a discussões sobre a natureza humana, sobre a natureza da aprendizagem ou sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade.”

No sentido de contribuir para que os alunos compreendam a realidade atual em uma perspectiva histórica, é significativo o desenvolvimento de temas que permitam o questionamento do presente, identificando questões internas às organizações sociais e suas relações em diferentes esferas da vida em sociedade identificando relações entre o presente e o passado, discernindo semelhanças e diferenças, permanências e transformações ao longo do tempo.

4. O USO DO LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO SUPORTE METODOLÓGICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Atualmente, a noção de ensino foi ampliada de tal forma que se torna imprescindível, para nós educadores a percepção de que são múltiplos os espaços de construção do conhecimento. Crianças e jovens têm acesso a inúmeras informações, imagens e explicações no convívio familiar e social, nas festividades de caráter local, regional, nacional e mundial. Dessa forma, a escola deixou de exercer o monopólio sobre o processo de difusão de informação científica, pois há vários outros veículos de comunicação como a internet, produções não didáticas como livros e revistas, documentários, filmes etc., cada vez mais acessíveis aos interessados em conhecimento.

Esses instrumentos auxiliam na difusão de personagens, fatos, datas, cenários, valores e costumes, assim como dão aos estudantes a noção de sujeitos históricos, muitas vezes, de forma mais “atraente” que os recursos tradicionais utilizados no espaço escolar. Essa diversificação dos meios de aprendizagem reflete diretamente na mudança de paradigmas

metodológicos quanto aos próprios recursos utilizados em sala de aula, fazendo com que o livro didático que por muito tempo permaneceu como instrumento predominante e com prerrogativas de autoridade máxima, divida seu espaço com outros recursos para o ensino da história.

Isso não significa, contudo, que o livro didático tenha se tornado um objeto totalmente obsoleto e irrelevante na prática docente, haja vista que embora vivamos em mundo dominado pela tecnologia, o mesmo continua sendo um importante instrumento no processo de ensino-aprendizagem. Muitas vezes ele assegura uma eficiência na transmissão de conteúdos exigidos por programas ou currículos. Dessa forma, ele pode atuar como uma estrutura norteadora na prática docente embora o educador possa optar pela utilização de vários outros materiais didáticos e paradidáticos concomitantemente.

Porém, não são raros e infundados os argumentos apresentados pelos críticos dos livros didáticos. Alguns destacam as simplificações explicativas, falsificações ideológicas, condicionamento e ou dependência do trabalho do professor, metodologias ultrapassadas, entre outros. Muitos o consideram um mal necessário, um apêndice ao trabalho desempenhado em sala de aula que deve ser construído tendo em vista o protagonismo do docente em uma perspectiva de ensino tradicional que supervaloriza o texto escrito. A dependência que muitos professores estabeleceram em relação ao livro didático é um dos fatores mais apontados pelos críticos a esse tipo de material. Soares (2002, p. 2) aponta as dificuldades vivenciadas pelo professor quanto à utilização do livro didático:

Há o papel ideal e o papel real. O papel ideal seria que o livro didático fosse apenas um apoio, mas não o roteiro do trabalho dele. Na verdade isso dificilmente se concretiza, não por culpa do professor, mas de novo vou insistir, por culpa das condições de trabalho que o professor tem hoje. Um professor hoje nesse país, para ele minimamente sobreviver, ele tem que dar aulas o dia inteiro, de manhã, de tarde e, frequentemente, até a noite. Então, é uma pessoa que não tem tempo de preparar aula, que não tem tempo de se atualizar. A consequência é que ele se apóia muito no livro didático. Idealmente, o livro didático devia ser apenas um suporte, um apoio, mas na verdade ele realmente acaba sendo a diretriz básica do professor no seu ensino.

Não é, portanto, o livro didático que deve ser condenado, mas os (maus) usos dos que o estabelecem como recurso único e absoluto. Para os docentes que priorizam essa postura, Flávia Heloisa Caimi entende:

[...] uma das possibilidades de superar o atual processo de submissão do professor frente ao livro didático é capacitá-lo a perceber e compreender as diferentes concepções paradigmáticas presentes em seu entorno, seja na produção teórica, historiográfica ou didática, para, a partir disso, construir uma proposta autônoma para o ensino de História. (2002, pág. 47)

Nesse sentido, torna-se imprescindível que o professor atue como um mediador no processo de ensino-aprendizagem, dominando métodos e técnicas relativos à pesquisa histórica aplicando-os com o objetivo de ajudar a desenvolver consciência histórica junto a seus alunos dentro do espaço escolar nas aulas de História.

A seleção dos livros didáticos constitui uma tarefa de vital importância para o ensino-aprendizagem. A participação dos professores é de extrema importância, pois eles devem saber das qualidades e limitações dos livros didáticos, para que possam repensar as práticas pedagógicas conscientes de que o livro ainda apresenta conteúdos linguísticos e textos de apoio que apontam para realidades específicas e para problemáticas locais. O ideal é que o professor veja o livro didático apenas como uma das ferramentas entre tantas outras capazes de lhes propiciar condições de ministrar um ensino de qualidade.

Os defensores da utilização do livro didático destacam outros aspectos. Primeiramente, que o livro didático apresenta traz o conteúdo disposto de forma sequencial e simplificada, de acordo com a idade dos leitores/consumidores; além disso, ele reúne em um único instrumento textos, documentos, ilustrações, mapas, enfim, materiais geralmente de difícil acesso para grande parte dos alunos; que a maioria das obras oferece sugestões quanto a elaboração do planejamento das aulas, contemplando propostas de atividades extras; e, por fim, o livro didático consiste em um recurso facilitador da vida do professor, geralmente obrigado a cumprir cargas horárias e jornadas de trabalho excessivamente longas.

Para os que defendem esse instrumento, acrescenta-se ainda que, na maioria dos casos, o problema em usar o livro didático está na relação que alguns professores estabelecem com o mesmo, tomando-o como um recurso único no processo de ensino-aprendizagem, supervalorizando-o excluindo outras possibilidades de construção do conhecimento histórico. O livro pode ser entendido, inclusive, como um suporte cultural que opera para além da escola, já que constitui, muitas vezes, o único material de leitura que entra nas casas dos estudantes de escolas públicas brasileiras, o livro didático também é considerado um importante instrumento de trabalho para os processos de ensino-aprendizagem escolares, um

significativo auxiliar para o trabalho do professor e um elemento bastante presente na formação das novas gerações.

Além das questões de ordem teórico-metodológica, o livro didático perpassa toda uma conjuntura socioeconômica, uma vez que atualmente, é um objeto cultural que mobiliza inúmeros atores sociais na sua produção, circulação e consumo, tais como gestores educacionais, pesquisadores, professores, estudantes e suas famílias, políticas educacionais públicas, mercado editorial, mídia etc. Sua presença é, portanto, constante na educação escolar brasileira e recentemente, ele vem sendo adaptado às novas concepções teórico-historiográficas, trazendo abordagens múltiplas, ampliando a noção de sujeitos históricos, enfatizando temáticas étnico-raciais etc.

Se o livro didático constitui um importante instrumento a ser levado em conta na realidade educacional de muitas escolas, o que deve então, estar presentes nas obras? A resposta dessa questão está relacionada diretamente à importância do estudo da História na promoção do exercício crítico da cidadania e não na exclusividade de transmissão do conhecimento. No decorrer do ensino fundamental, é necessário que os alunos ampliem gradativamente a compreensão de sua realidade, especialmente relacionando-a com outras realidades históricas em tempos distintos. Nesse diálogo, o papel da disciplina de História é, muitas vezes, auxiliar no processo de entendimento das identidades e da diversidade em diferentes temporalidades, sejam étnicas, culturais, religiosas, de classes e grupos, de Estado ou Nação.

Quanto ao papel do livro didático para o entendimento da diversidade cultural e da dinâmica social de um mundo cada vez mais globalizado, a sua elaboração implica necessariamente em uma renovação dos temas abordados e dos sujeitos históricos presentes nas obras. Os livros didáticos que antes priorizavam a história escrita pelos grupos dominantes e negligenciavam os atores e as contradições socioculturais que forjaram as transformações históricas, hoje precisam atender as exigências educacionais de sociedades cada vez mais dinâmicas e plurais. Assim, o livro didático assume a função de uma “vitrine” no sentido de expor os vários sujeitos e problemáticas regionais e nacionais que constituem os processos históricos ao longo do tempo.

5. O ENSINO DE HISTÓRIA DE HISTÓRIA DE SANTA MARIA E REGIÃO: UMA PROPOSTA DE MATERIAL DIDÁTICO PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

As três últimas décadas têm apresentado uma vasta produção acadêmica com um grande número de monografias, dissertações e teses que abordam aspectos históricos, educacionais, socioeconômicos, culturais etc. de Santa Maria e região. Várias dessas produções reconhecem a suma importância de duas obras que constituem um marco para a historiografia de Santa Maria e região. Trata-se da obra *História do Município de Santa Maria 1797/1933*, escrita por João Belém em 1933, que se baseia em uma vasta pesquisa documental abrangendo desde a origem lendária da cidade, bem como sua evolução político-administrativa, populacional e institucional. Já o livro *Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho*, publicado em 1958 por Romeu Beltrão, como o próprio nome sugere, concentra-se em expor uma ordem minuciosamente descritiva e cronológica dos principais acontecimentos políticos dos dois municípios. A partir da década de 1980, inúmeras contribuições historiográficas⁵ passaram a tratar da história da cidade a partir de novas temáticas e metodologias que abandonaram a história meramente descritiva e “oficial”. Um número considerável de monografias, dissertações, teses e artigos passou a abordar aspectos históricos, educacionais, socioeconômicos, culturais etc. sobre Santa Maria e região.

No entanto, grande parte dessa produção permanece restrita às discussões de caráter historiográfico, sendo desconhecida para o público leigo em geral e conseqüentemente, para os estudantes das redes municipais de ensino. No intuito de preencher tal lacuna e com base produção historiográfica regional já citada, o presente trabalho propõe como produto final um livro didático para subsidiar o trabalho de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de educação. Portanto, a premissa desse trabalho consiste em apresentar um material facilitador do processo de ensino e aprendizagem sobre a História de Santa Maria e Região.

A escolha de um material didático, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais deve considerar:

⁵ Anexo B..

[...] os objetivos educacionais e a concepção de ensino da área; [...] a organização dos acontecimentos no tempo, as periodizações utilizadas e as relações entre presente/passado; [...] a concepção de aprendizagem presente nos exercícios, questionários e outras atividades propostas; a qualidade editorial, a clareza do texto, a preocupação didática na organização e apresentação dos conteúdos; a potencialidade informativa atribuída às imagens, e disponibilização de diferentes fontes de informação e linguagens etc. (BRASIL, 80)

Ao encontro da noção de desenvolvimento das potencialidades que o ensino da disciplina de História promove, os Parâmetros curriculares municipais⁶ contemplam *cultura, identidade e cidadania* como eixos articuladores dos conteúdos das séries iniciais do ensino fundamental, para que:

“possibilitem ao educando a análise, a interpretação e a comparação entre diferentes acontecimentos históricos, bem como a construção de sua própria narrativa histórica, reflexões sobre cultura popular, cultura erudita, cultura hegemônica, cultura política, cultura dos negros, indígenas, imigrantes, minorias, indústria cultural, bem como as diversidades culturais, nos diferentes tempos e espaços.” (SANTA MARIA, pág. 22)

As diretrizes apresentadas acima serão tomadas como suporte metodológico para a realização do material proposto. Pretende-se reunir a produção realizada por autores que escreveram sobre a história da região, sejam eles de formação acadêmica ou não na área de História, para produzir uma obra que contribuía no melhor entendimento da História regional no espaço escolar. Ou seja, ainda que com todo o rigor da produção científica, pretende-se produzir um texto que tenha linguagem acessível ao público infante-juvenil. Esse material⁷ está estruturado a partir de um eixo cronológico dos principais desdobramentos históricos da região central do estado desde os primeiros habitantes até as décadas finais do século XX, relacionando-os com aspectos socioculturais, políticos e econômicos.

Na elaboração do material, foi reunida a produção realizada por autores que produziram sobre tal temática, sejam eles de formação acadêmica ou não na área de História, para produzir um texto que contribuía no melhor entendimento da História regional no espaço escolar. Ou seja, ainda que com todo o rigor da produção científica, o texto foi produzido com uma linguagem acessível ao público infante-juvenil. O primeiro ano de desenvolvimento do projeto foi dedicado à digitalização das obras existentes nos dois maiores acervos bibliográficos da região, das bibliotecas do Centro Universitário Franciscano e da Universidade Federal de Santa Maria. No segundo ano, 2013, foi realizado o fichamento e a leitura das obras reunidas e digitalizadas em 2012. Durante o período de 2015 e 2016, foi

⁶ Disponível em <www.santamaria.rs.gov.br/docs/Pub_23090512-104.doc> Acesso em 25/11/15.

⁷ Anexo C.

iniciada e concluída a elaboração de um material didático sobre a História de Santa Maria e região a partir de uma abordagem cronológica dos seus principais desdobramentos históricos desde os primeiros habitantes até as décadas finais do século XX, relacionando-a com aspectos socioculturais, políticos e econômicos.

Optou-se por estabelecer um eixo cronológico para nortear o material, pois nas séries fundamentais, grande parte dos professores ressalta a dificuldade que a maioria dos estudantes sente em estabelecer uma sucessão cronológica, não que isso deva significar a principal preocupação dos educadores. Porém, “é necessário observar o tempo cronológico como ordenador da experiência humana e como fator de inteligibilidade dessa mesma experiência para os alunos iniciantes” Entendemos que a abordagem de uma história local pode levar os estudantes a perceberem os vínculos entre a História que lhes é ensinada, sua realidade local e/ou sua situação no tempo presente, considerando o tempo histórico como um acúmulo de diferenças. Esse problema decorre de uma inquietação recorrente na atividade de professores e pesquisadores, que se resume na discussão dos objetos sociais do ensino de História.

Pretende-se, dessa forma, aprimorar o ensino de História através da elaboração de um material didático que seja adotado para uma melhor proposta de ensino, tendo em vista, a carência de produção de material didático sobre a História de Santa Maria e região com o intuito de subsidiar o trabalho os professores dos anos iniciais das escolas da rede municipal de educação.

4- CONCLUSÃO

Sabemos, como já foi citado, que a escola não constitui no único espaço que promove o processo de ensino-aprendizagem e que os alunos levam pra sala de aula muitos conhecimentos construídos em seu cotidiano, a televisão, os jornais e os próprios filmes colaboram para que estes tenham um entendimento de si, enquanto sujeitos que estão inseridos em um contexto social muito mais complexo do que as percepções que essas ferramentas do dia a dia podem lhes propiciar. Apesar dessa diversificação de elementos que contribuem para a prática escolar na atualidade, o livro didático ainda constituiu uma importante ferramenta no processo de ensino e aprendizagem.

Apesar dessa importância, os livros didáticos não devem ser considerados como única fonte de conhecimento disponível para o educando, mesmo sendo utilizados didática e corretamente em sala de aula, pois o professor deve ter consciência da necessidade de um

trabalho diversificado e, para tanto, é preciso buscar, em outras fontes, informações ou conteúdos que venham a complementar e enriquecer o livro didático.

Quanto à elaboração das obras didáticas, ainda persiste uma lacuna entre a produção do conhecimento histórico acadêmico do que é levado para as salas de aula de história. Nesse sentido, as produções historiográficas acadêmicas com temáticas regionais constituem uma importante fonte de pesquisa para elaboração de obras didáticas, pois permitem ao aluno perceber a sua realidade presente nos livros escolares. Na condição de professora das séries finais do ensino fundamental e ensino médio, entendo a importância da percepção que os estudantes precisam desenvolver acerca dos vários espaços histórico-culturais aos quais pertencem, partindo da sua realidade local. Porém, um número considerável de alunos chega ao ensino médio desconhecendo a relação da sua realidade com os espaços regionais mais amplos não conseguindo perceber também as mudanças que esses espaços apresentam ao longo do tempo.

No meio escolar, têm sido constantemente recriadas as relações professor-aluno, bem como conhecimento histórico e realidade social, em benefício do fortalecimento do papel da História na formação social e intelectual de indivíduos para que, de modo consciente e reflexivo, desenvolvam a compreensão de si mesmos no tempo e espaço. A escola continua sendo um espaço onde os estudantes tem a possibilidade de reunir evidências de seu cotidiano ao conteúdo trabalhado no sentido de construir sínteses explicativas sistematizadas, que superam o senso comum.

Outrossim, torna-se uma das tarefas imprescindíveis da disciplina de história “contextualizar os saberes da criança, criando condições para que ela se localize e compreenda o espaço geográfico em que vive” (SANTA MARIA, p. 21). Dessa forma, as produções didáticas regionais podem se utilizar amplamente do conhecimento sobre história local que é produzido nas pesquisas acadêmicas com a finalidade de suprir as carências de material adequado ao espaço escolar pelo professor de História.

Percebe-se que o Estado brasileiro estabeleceu, desde sua consolidação até a contemporaneidade, um controle efetivo sobre as produções didáticas tanto na sua elaboração quanto na sua avaliação e distribuição através de programas como o PNLD. O livro didático suscita debates acalorados entre os que o defendem como um importante subsídio no processo de ensino-aprendizagem e os que argumentam ser um material de submissão e de construção de um discurso ideológico no intuito de legitimar o poder instituído.

O Brasil possui na atualidade um dos maiores programas de avaliação e distribuição de livros didáticos do mundo. Com o PNLD, o Ministério da Educação e Cultura instituiu como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Os números do programa⁸ mostram que a demanda por livros ainda é uma realidade pertinente na educação brasileira. Sabe-se que a seleção e distribuição dos livros didáticos movimentam uma grande soma financeira, o que faz deste um mercado promissor para as editoras que publicam e produzem esses materiais. Cabe salientar ainda, que os vários recursos tecnológicos existentes na atualidade ainda não estão totalmente disponíveis em muitas instituições públicas do país, principalmente nas redes municipais e estaduais, onde predomina uma população de estudantes de famílias com baixa renda.

Percebe-se também o Estado brasileiro estabeleceu, desde sua consolidação até a contemporaneidade, um controle efetivo sobre as produções didáticas tanto na sua elaboração quanto na sua avaliação e distribuição através de programas como o PNLD. O livro didático suscita debates acalorados entre os que o defendem como um importante subsídio no processo de ensino-aprendizagem e os que argumentam ser um material de submissão e de construção de um discurso ideológico no intuito de legitimar o poder instituído.

Cabe salientar que o fato de utilizar um livro, contudo, não deve ser se restringir à tomá-lo como único recurso didático, pois existem muitas possibilidades de trabalho com livros que garantem ao professor a autonomia da prática pedagógica. O fundamental é que ele seja considerado mais uma fonte de informação a ser utilizada em momentos específicos e para fins determinados. De modo geral, o professor pode incorporá-los como fonte de pesquisa entre outros materiais. Ou seja, o mais importante não é o livro, mas a utilização que se faz dele. Longe de ser um objeto ultrapassado, o livro didático ainda constitui um importante instrumento de ensino, pois o mesmo ainda faz parte da realidade de muitas escolas tanto da rede pública quanto na rede privada de ensino.

⁸ Nos últimos quatro anos, o governo federal, através do PNLD investiu na aquisição de 474.717.809 exemplares de livros didáticos para o ensino fundamental em todo o território nacional (ANEXO A) Disponível em <http://www.fnede.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos> > Acesso em: 05/10/2015.

7. REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, José Alfredo. A USAID, o regime militar e a implantação das escolas polivalentes no Brasil. In: Revista de Epistemología y Ciencias Humanas. Disponível em: <[http://www.revistaepistemologi.com.ar/biblioteca/07ARAUJO\(1\).pdf](http://www.revistaepistemologi.com.ar/biblioteca/07ARAUJO(1).pdf) > acesso em: Outubro de 2011.

BELÉM, Joao. **História do município de Santa Maria – 1797-1933**. Santa Maria: UFSM, 3ª ed. Silvana

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica do município de santa Maria e do extinto distrito de São Martinho 1787-1930**. Santa Maria: Tipografia Editora La Salle, Canoas RS. 2ª ed.

BITTENCOURT, Circe. Livro didático e saber escolar (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Identidade nacional e ensino de história do Brasil. In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 18

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf > Acesso em 20/11/2015.

CAIMI, Flávia Heloisa; MACHADO, Ironita A. P.; DIEHL, Astor Antônio (org.). **O livro didático e o currículo de História em transição**. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2002.

CRUZ, G. T. D. **Fundamentos teóricos das ciências humanas: história**. Curitiba: IESDE, 2003.

DIEHL, Astor Antônio (org), CAIMI, Flávia Eloisa, MACHADO, Ironita A. P.. **O livro didático e o currículo de história em transição**. 2ªed. Passo Fundo: UPF, 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FREITAS, Itamar. Os currículos da escola primária *in* **Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História (anos iniciais)**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

HORN, G. B.; GERMINARI, G. D. Ensino de história e seu currículo: teoria e método. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

LDBN – Lei n. 9324, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), PCN- História e Geografia: 1ª a 4ª séries (BRASIL, 1997), e Resolução CNE/CEB n. 2, de 7 de abril de 1998 (Brasil, 1998).

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

MOACYR, Primitivo. **A instrução pública do Estado de São Paulo: primeira década republicana (1890-1893)**. V. I., São Paulo, Nacional, 1942.

NADAI, Elza. "NADAI, Elza. **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: Revista Brasileira de História. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

SANTA MARIA. Secretaria de Município da Educação. Diretrizes curriculares para a educação municipal- ensino fundamental. Santa Maria, 2008. Disponível em www.santamaria.rs.gov.br/docs/Pub_23090512-104.doc > Acesso em 25/11/15.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2^a. ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ANEXO A

Ano de Aquisição	Ano do PNL D (letivo)	Alunos Beneficiados	Escolas Beneficiadas	Exemplares	Investimento*	Atendimento
2015	** PNL D 2016	-	-	-	-	Aquisição Completa Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano
		11.041.763	49.765	28.170.038	326.554.141,36	Reposição Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano
		7.409.306	19.512	35.337.412	505.243.856,95	Reposição Ensino Médio
		18.451.069	77.630	63.507.450	831.797.998	Total
2014	PNL D 2015	11.032.122	47.225	25.454.102	203.899.968,88	Reposição Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano
		10.774.529	51.762	27.605.870	227.303.040,19	Reposição Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano
		7.112.492	19.363	87.622.022	898.947.328,29	Aquisição Completa Ensino Médio
		28.919.143	-	140.681.994	<u>1.330.150.337,36</u>	Total
2013	PNL D 2014	23.452.834	46.962	103.229.007	879.828.144,04	Reposição Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano
			50.619			Aquisição Completa Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano
		7.649.794	19.243	34.629.051	333.116.928,96	Reposição Ensino Médio
		31.102.628	116.824	137.858.058	<u>1.212.945.073,00</u>	Total
2012	PNL D 2013	24.304.067	47.056	91.785.372	751.725.168,04	Aquisição Completa Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano
			50.343			Reposição Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano
		8.780.436	21.288	40.884.935	364.162.178,57	Reposição Ensino Médio
		33.084.503	-	132.670.307	<u>1.115.887.346,61</u>	Total

* Valor gasto com aquisição, distribuição, controle de qualidade e etc.

** Valor previsto para aquisição, distribuição, avaliação de obras, controle de qualidade e etc.

ANEXO B

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos: História da Economia do Município**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BELÉM, Joao. **História do município de Santa Maria – 1797-1933**. Santa Maria: UFSM, 3ª ed. Silvana

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica do município de santa Maria e do extinto distrito de São Martinho 1787-1930**. Santa Maria: Tipografia Editora La Salle, canoas rs. 2ª ed.

BIASOLI, Vitor Otávio F. **O Catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte (Rio Grande do Sul - 1870/1920)** (Tese). Programa de Pós Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2005.

BISSO, Alan Bernardo Arruda. **Diagnóstico Socioambiental do Município de Silveira Martins-RS** (monografia) Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008.

CASSEL, Lenir. **A Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (monografia) de 1913 a 1960, em Santa Maria**. (monografia) Especialização em História Social e administrativa do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição” Santa Maria/ Porto Alegre, 1981.

CIGNACHI, Henrique. **Os operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul: entre a radicalização e o consenso (1917-1936)**. (monografia) Curso de Espacialização em História do Brasil da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

JOBIM, André Vinicius Mossate. **A greve ferroviária de 1936 em Santa Maria in AEDOS- Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. *Aedos* - ISSN 1984- 5634 <http://www.seer.ufrgs/aedos> Num. 4, vo l. 2, Novembro 2009

MORALES, Neida Regina Ceccin. **Imigração e Memória: Histórias de Imigrantes Sírio-Libaneses no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado MILA/ UFSM/ maio de 2004.

PACHECO, Luiza Segabinazzi. **Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac - Contextualização e Caracterização com os Institutos de Educação no interior gaúcho, 1920**. Rio de Janeiro, v. VII, n. 3, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/lsp_ies.htm>.

RIBEIRO, José Iran, & WEBER, Beatriz, Teixeira (organizadores). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Pallotti, 2010.

_____. **Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Santa Maria: Pallotti, 2012.

RIBEIRO, Nely. **Os meios de comunicação em Santa Maria: viação férrea e imprensa**. Santa Maria, 1979.

PADOIN, Maria Medianeira. **A Viação Férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria**. In **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria, 2010.

PEREIRA, Silvia. **A valorização do Patrimônio Socio-Histórico- Cultural na Gestão das Escolas do Município de Mata** (monografia) Programa de Pós Graduação em educação da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2007.

PISSUTTI, Maria Dolores Dalmolin. **A formação histórica e socioespacial da cidade de São João do Polêsine – RS** (monografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2005.

SCHILLING, Getúlio. **A Arte Fotográfica e o Teatro em Santa Maria**. Santa Maria: Palotti, 2005.

SOARES M. B. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na Cibercultura.** Educação e Sociedade: dez. 2002, v. 23. n. 81, p. 141-160.

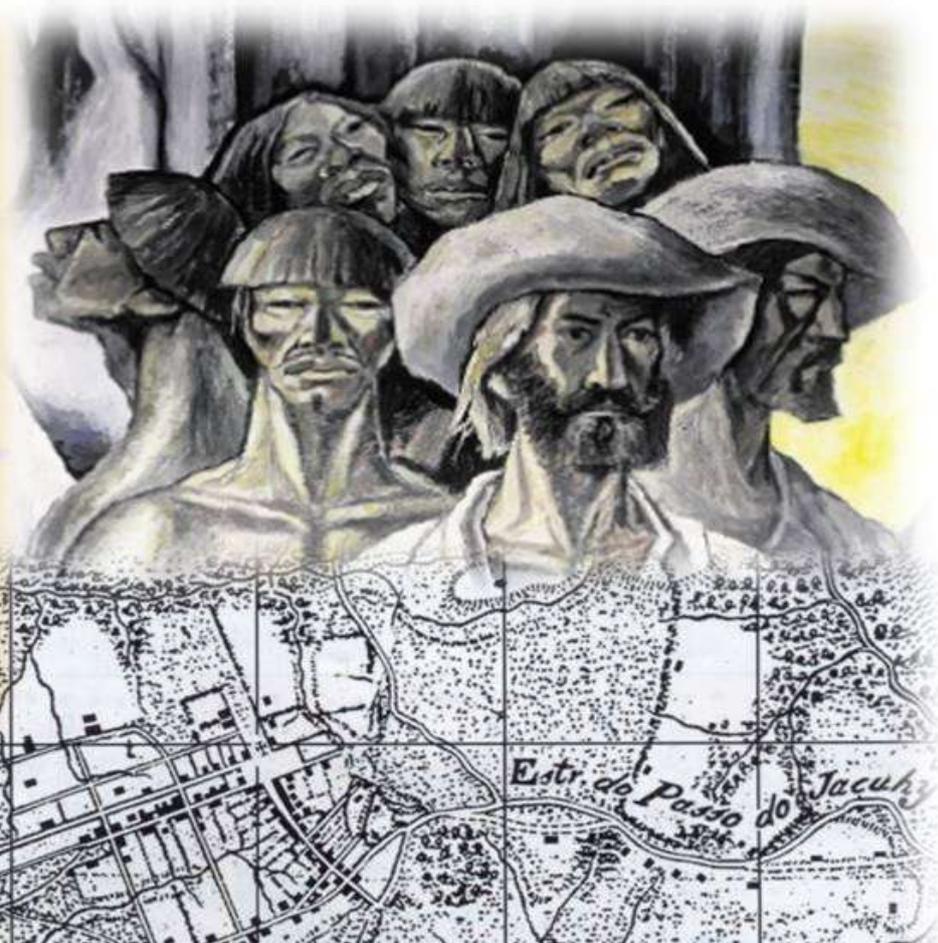
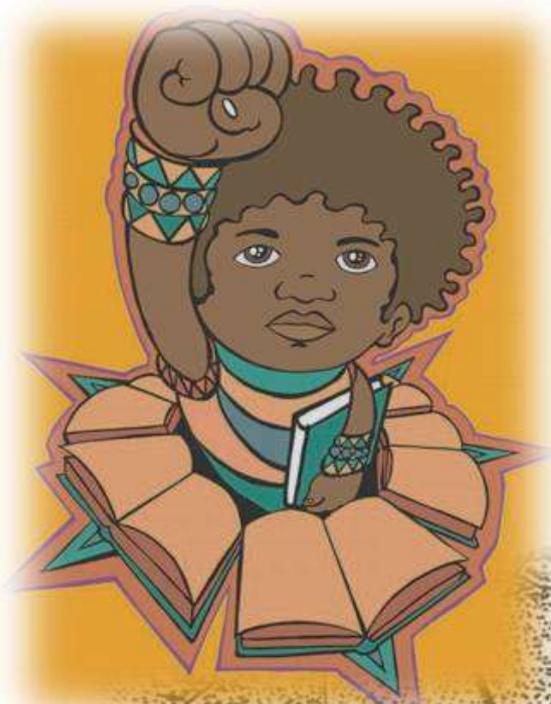
SOUZA, Nádya Beck de. **Patrimônio cultural urbano de Santa Maria (relatório de pesquisa) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição”.** Santa Maria/Porto Alegre, 1992.

TORRES, Thaís Gomes. **A construção do espaço pelo turismo: Rota Turística Gastronômica de Santa Maria e Silveira Martins, RS (dissertação).** Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação e cultura: o projeto regional de educação patrimonial da Quarta Colônia.** (dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2000.

ANEXO C

PROPOSTA DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE A HISTÓRIA DE SANTA MARIA E REGIÃO



História de Santa Maria

Denise Belitz Quaiatto



APRESENTAÇÃO

A ideia de escrever um livro sobre a história de Santa Maria e Região surgiu com base na necessidade de proporcionar ao público escolar das Series Iniciais uma obra adequada à linguagem infantil. A escrita da história regional teve uma grande contribuição das produções historiográficas universitárias dos últimos trinta anos. Porém, essas obras possuem uma linguagem de difícil compreensão para crianças e adolescentes. Torna-se necessário, portanto, a elaboração de um material que leve em consideração essa produção acadêmica, mas que possua uma linguagem didática adaptada a essa faixa etária.

O presente livro apresenta uma abordagem dos principais desdobramentos históricos da região central do estado desde os primeiros habitantes até as décadas finais do século XX, relacionando-os com aspectos socioculturais, políticos e econômicos. Com base em pesquisa iconográfica, consulta bibliográfica e documental, o objetivo desse trabalho é possibilitar ao público escolar o conhecimento da sua própria história, haja vista a carência de material semelhante nas escolas municipais.

Entendemos que o ensino da história local contribui para a compreensão de estruturas temporais e espaciais mais complexas, na medida em que situa o estudante no processo histórico ao qual ele pertence. Essa compreensão, por sua vez, permite que o ensino de História promova o desenvolvimento de uma consciência histórica, necessária para o exercício pleno da cidadania.

SUMÁRIO

Os símbolos do Município.....	4
Distritos de Santa Maria.....	5
A Origem Lendária de Santa Maria.....	6
CAPÍTULO 1:.....	7
Os primeiros habitantes do Sul e o povoamento de Santa Maria	
CAPÍTULO 2.....	14
Nos Trilhos do Trem	
CAPÍTULO 3.....	19
Uma terra de imigrantes	
CAPÍTULO 4.....	26
A educação em Santa Maria	
CAPÍTULO 5.....	31
A Presença Negra e Indígena em Santa Maria	
CAPÍTULO 6.....	38
O Patrimônio histórico e cultural de Santa Maria	
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	43
WEBGRAFIA.....	46

Os símbolos do município



Fonte: Agência de Desenvolvimento de Santa Maria

BRASÃO DA BANDEIRA

O brasão da bandeira do município é composto por vários elementos que fazem parte da história de Santa Maria. As lanças indígenas e boleadeiras lembram os primeiros habitantes da região, também representados na lenda de Imembuí.

As lanças militares com bandeirolas lembram a ocupação e defesa destas terras, pelas forças regulares do Governo e a tradição de luta do povo gaúcho. A coroa mural de prata, de cinco torres, indica a presença militar na cidade.

O nome de Santa Maria está expresso na sigla de Maria Santíssima, a padroeira da cidade, na cor azul em céu de prata, que são as cores de Maria. Os cerritos verdes desta cidade, marcos e guias geográficos dos tempos das demarcações de limites territoriais não poderiam deixar de ser representados.

Abaixo, a faixa com as cores da República de Prátria, proclamada durante a Revolução Farroupilha.

Hino de Santa Maria

*"Imponente, graciosa e altaneira
Como aurora a surgir triunfal
Entre os montes, se abre, em sorriso,
Terra amiga- do Bem manancial
Liberdade, honra, força e justiça,
Raça e amor-sol-mistura imortal.*

*Santa Maria,
Jardim-melodia!
A Mãe Medianeira
Protege o teu lar!
Santa Maria,
Cidade-alegria!
Nos longe do tempo,
És vida a brotar!
Santa Maria,
Jardim-melodia!
Tu és lenda-berço
Da bela Imembuí!*

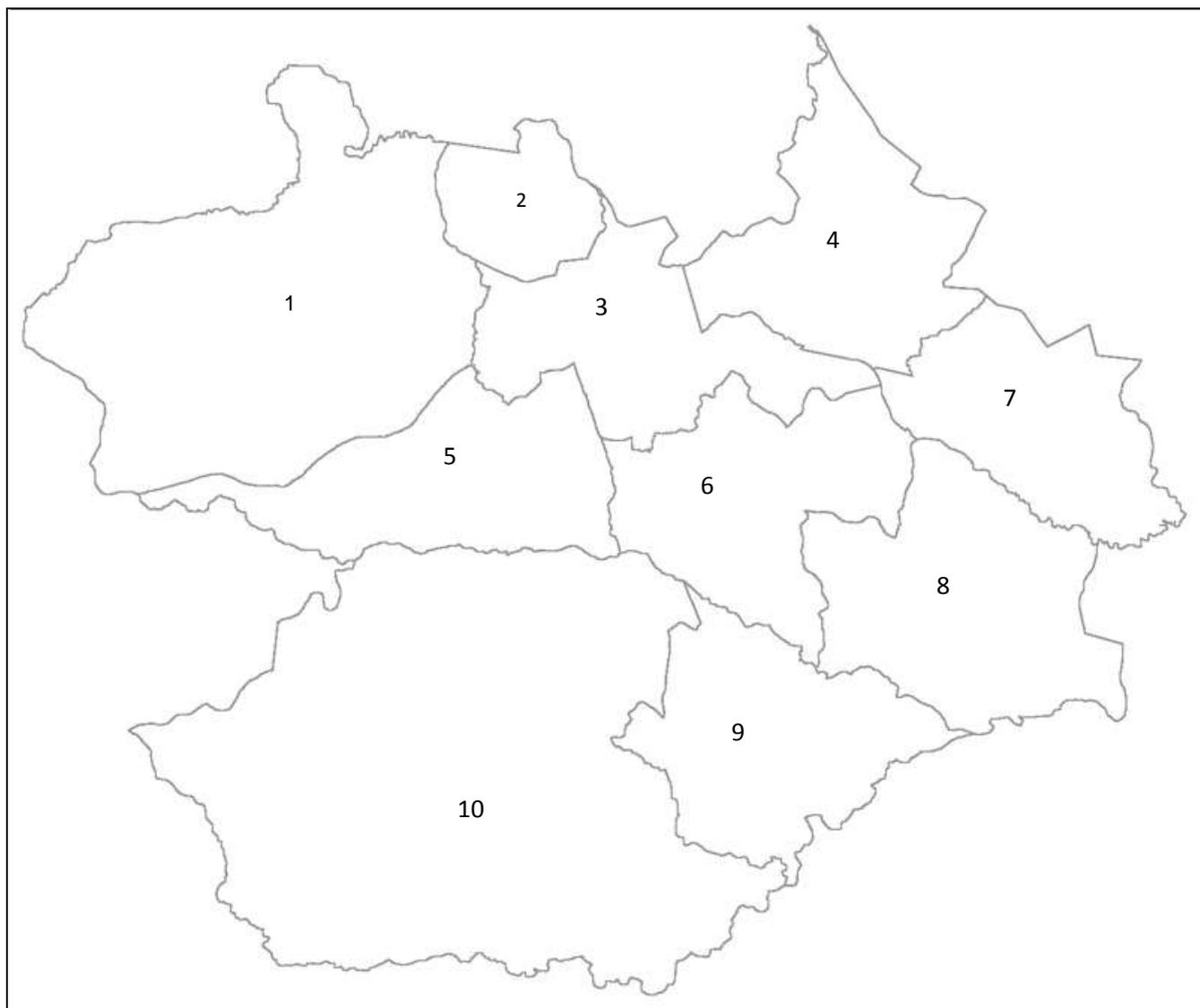
*Santa Maria, Cidade-alegria!
Sou filho orgulhoso
Me ufano de ti*

*Foste marco de abrigo e passagem
Que a história buscou estender.
E nas asas do vento Minuano
O apito do trem vem trazer:
Mil saudades, tantas glórias passadas
Que hoje integram ciência e saber.*

*Das raízes do ontem ao presente
E ao futuro da flor-geração:
Lei semente da fé e cultura
Voz gaúcha no verso-canção!
Na orquestra do Livro e do trabalho
Arte e luz pintam o céu e o teu chão!*

Autoria: professora Aristilda Rechia
Composição: maestro Antônio Setembrino dos Santos

Distritos de Santa Maria



- 1- Boca do Monte
- 2- Santo Antônio
- 3- Sede
- 4- Arroio Grande
- 5- São Valentin
- 6- Pains
- 7- Palma
- 8- Arroio do Só
- 9- Passo do Verde
- 10- Santa Flora

A origem lendária de Santa Maria

A lenda de Imembuy

Em um conto publicado em 1912, o militar e escritor *João Cezimbra Jacques* apresentou a versão lendária da origem da Cidade de Santa Maria. “A Lenda de Imembuy” conta que antes da chegada dos espanhóis e portugueses, viviam na região onde hoje está situada Santa Maria duas tribos, uma pertencente à nação dos *Tapes* e a outra pertencente ao grupo dos *Minuanos*. Certo dia, a esposa do cacique minuano enquanto banhava-se no arroio “Taimbé”, deu à luz uma linda menina que recebeu o nome de Ymembuí, que significa “filha das águas”.

Ymembuí cresceu e se tornou uma linda mulher, mas não aceitava nenhuma oferta de casamento..

Certa manhã um grupo de bandeirantes se aproximou da aldeia. Os índios os atacaram e os derrotaram. Apenas dois bandeirantes foram deixados vivos, um deles foi libertado para que contasse aos brancos a respeito da bravura dos indígenas. O mais jovem chamado Rodrigues foi condenado à morte, sendo amarrado e exposto para a curiosidade dos indígenas antes de ser sacrificado.

Ymembuí, ao vê-lo em pé com as mãos amarradas, exclamou: *angarutã, angarutã!* (belo, belo!). Nascera ali o amor no coração da jovem índia. Ao retornar para casa, Ymembuí declarou a seu pai: se guerreiro branco morrer, Imembuí também morre! Ela salvou o bandeirante e passou a viver com ele, que passou a se chamar *Morotin*. Os anos que se passaram foram de muita felicidade na tribo.



Autora: Karina Machado de Oliveira, estudante do Colégio Fátima. Data 23/06/2016.

CAPÍTULO 1: Os primeiros habitantes do Sul e o povoamento de Santa Maria

1.1. Guaranis, Tapes, Charruas e Minuanos

Muito antes dos europeus chegarem à América no século XV, a região que hoje conhecemos como o Rio Grande do Sul era habitada por várias tribos indígenas. Estudos **arqueológicos** mostram que viviam nessa região várias tribos indígenas, divididas em quatro grupos principais: os charruas, os tapes, os minuanos e os guaranis.

Os guaranis eram **sedentários**, praticavam a agricultura e a arte da cerâmica, depois foram também os que tiveram maior contato e relações mais amistosas com espanhóis e portugueses. Já os Tapes, os Minuanos e os Charruas eram nômades, o que lhes permitia andarem pelos campos do sul. Esses “**andarilhos**” que mais tarde misturaram-se com espanhóis e portugueses deram origem ao assim chamado **gaúcho**. Grande parte da população do Rio Grande do Sul é descendente desses povos.

A palavra “*gaúcho*”, de origem espanhola, significava aquele indivíduo que não respeitava leis, vivia do roubo de gado. Com o tempo, o gaúcho foi se adaptando à vida ordeira, trabalhando nas fazendas e formando famílias. Hoje o termo gaúcho é significado de pessoa orgulhosa, honrada e valente.

O significado das palavras:

Arqueologia: ciência que estuda vestígios materiais (ossos, restos de fogueiras, construções) de antigos povos;

Sedentários: povos que estabelecem residência em determinado lugar;

Nômades: diferentes dos povos sedentários, não vivem em um lugar fixo.

Pampa: região ao sul da América do Sul que engloba territórios do sul do Brasil, Argentina, Uruguai.

Hoje, o gaúcho é o indivíduo típico da região do Pampa*, acostumado com os trabalhos da vida rural.



O Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) da Universidade Federal de Santa Maria constatou a presença de sítios arqueológicos guaranis na região. São eles, o sítio Moacir Rossato, na cidade de Nova Palma; o sítio Cabeceira do Raimundo, na localidade da Boca do Monte; e As Panelas de Água Negra, em São Martinho da Serra. A foto ao lado, mostra o trabalho do LEPA nas escavações arqueológicas da Fazenda Santa Clara, região Oeste do estado. Foram encontradas mais de 180 peças que mostram a presença indígena na formação histórica do sul do Brasil.

Disponível em:

<<http://site.ufsm.br/noticias/exibir/3931>>

Acesso em 18 de agosto de 2015.



1.3. Os tratados e fronteiras

Devido às constantes disputas de territórios americanos entre Espanha e Portugal, esses dois países assinaram vários tratados. O primeiro acordo entre espanhóis e portugueses para estabelecer a divisão do continente americano foi o *Tratado de Tordesilhas* (1494). Estabelecia os limites entre as possessões espanhola e portuguesa, conforme o mapa abaixo. Podemos observar que naquela época, o território do atual Rio Grande do Sul pertencia a Espanha. Porém, sabemos que nesse tempo a América já era habitada por várias tribos indígenas.

Mas as expedições bandeirantes iam, aos poucos, fundando povoados em regiões desocupadas, muitas vezes ignorando os limites do Tratado de Tordesilhas. Com isso, portugueses e espanhóis viram a necessidade de assinar novos acordos. Foi através do *Tratado de Santo Ildefonso* (1777) que teve início a ocupação portuguesa efetiva da região onde hoje existe em *Santa Maria da Boca do Monte*.

O Tratado de Madri

No ano de 1750, Espanha e Portugal assinaram outro acordo relativo aos seus territórios na América. No que diz respeito ao extremo sul da colônia, ele determinou que os portugueses ficariam com a região dos Sete Povos das Missões, enquanto os espanhóis ficavam com a Colônia do Sacramento, fundada por portugueses em território



Fonte: <<http://santa-catarina-historia-geografia.blogspot.com.br/2015/10/os-tratados-de-limites-estabelecendoas.html>>

Acesso em 23 de abril de 2015.

1.4. A Guarda de Santa Maria

A região central do Rio Grande do Sul era habitada por grupos indígenas nômades, também havia povoadores **lusos** dispersos em propriedades rurais. Entretanto, o início efetivo da ocupação portuguesa no centro do estado ocorreu a partir de 1797, com a instalação do acampamento da segunda Subdivisão da Comissão Demarcadora de Limites do *Tratado de Santo Ildefonso* (ver mapa acima). A instalação da Comissão deu origem a uma guarda chamada Guarda de Santa Maria.

Juntamente com o acampamento militar foram construídos alguns ranchos e um oratório com altar móvel, no qual foi rezada a primeira missa. Em 1801, grupos armados partiram a fim de dominar territórios espanhóis. O acampamento se desfez, restando apenas o povoado que surgiu no local, onde hoje se situa a *Rua do Acampamento*. Mais de cinquenta anos se passaram até que o antigo povoado se tornasse uma cidade.

Santa Maria da Boca do Monte

O nome *Santa Maria* originou-se da Guarda portuguesa de Santa Maria, antiga estância fundada por jesuítas e que depois foi território do Acampamento da comissão demarcatória de limites. Já a denominação *Boca do Monte*, tem origem na expressão *Caá-yura*, expressão de origem tape que significa Boca do Mato. Mais tarde esta foi traduzida pelos espanhóis como Boca do Monte, e assim permaneceu como parte do nome da cidade.

A foto abaixo, datada de 1890 de autor desconhecido mostra Rua do Acampamento a partir de um local próximo a atual Rua José Bonifácio em direção à Avenida Rio Branco.

Fonte: ClicRBS



1.5. Aos poucos, a Vila se transformou em cidade.

Santa Maria passou a ser considerada oficialmente município no dia 17 de maio de 1858, com a instalação da primeira Câmara Municipal, emancipando-se do município de Cachoeira do Sul. A data é considerada oficialmente o aniversário de Santa Maria, a pesar do povoamento surgido muito antes de 1858. A evolução urbana de Santa Maria muito se deve ao intenso movimento de tropas militares durante o século XIX, período marcado por muitos conflitos no Rio Grande do Sul, no Brasil e na América do Sul.

Durante a *Guerra da Cisplatina*, o governo imperial formou o *Batalhão de Estrangeiros* composto por imigrantes alemães, contratados como **mercenários** para lutar contra os uruguaios. Com o fim da guerra, alguns ex-combatentes alemães fixaram residência na cidade. Muitos deles adquiriram propriedades rurais em Santa Maria e região, outros abriram casas de comércio ou se dedicaram ao artesanato e à atividade industrial.

O significado das palavras

Lusos: portugueses

Mercenários: soldados assalariados que recebem para lutar em favor de uma causa.

Entre os anos de 1835 e 1845, o Brasil vivenciou uma das mais longas guerras civis de sua história, a *Revolução Farroupilha* ou *Guerra dos Farrapos*. Os farroupilhas se rebelaram contra o governo imperial por causa dos altos impostos sobre o charque, principal produto da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Segundo registros históricos, o comércio da cidade foi beneficiado com a intensa movimentação das forças revolucionárias, que entravam e saíam da cidade. Com o fim do conflito, Santa Maria experimentou um período relativo de paz e progresso econômico.

Em 1831, foi criado o *1º Corpo de Artilharia a Cavalos* (atual Regimento Mallet), com sede em São Gabriel e transferido posteriormente para Santa Maria. Esse efetivo militar atuou de forma decisiva para a vitória do Império do Brasil entre 1851 e 1852, na luta contra o presidente uruguaio Manuel Oribe e o argentino Juan Manuel Rosas.

Em 1971, foi inaugurada a Base aérea de Santa Maria no bairro Camobi. A cidade tornou-se desde então uma região estratégica de apoio para a Força Aérea Brasileira no sul do país, chamado de "Sentinela Alada do Pampa". Atualmente, Santa Maria ocupa a segunda posição do país quanto ao número de unidades militares, fato que lhe atribui na região o título de "cidade dos quartéis".

A GUERRA DA CISPLATINA (1825-1828)

Em 1816, Dom João VI, príncipe de Portugal e do Brasil, invadiu a província da Cisplatina, atual Uruguai, ocupando a região. Em 1825, os orientais começaram a lutar pela sua independência em relação ao domínio do Brasil, que nesse momento já era governado por Dom Pedro I, filho de D. João. Apesar dos investimentos de D. Pedro I, o Brasil perdeu a guerra e os orientais conquistaram sua independência em 1828, formando a *República Oriental do Uruguai*.



O quartel-general da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, a "Brigada Niederauer", é o mais antigo quartel do Exército em Santa Maria. Situado na Avenida Borges de Medeiros, sua construção foi concluída em 1913. Sua atual denominação presta homenagem a João Niederauer Sobrinho, morador de Santa Maria que lutou na Guerra do Paraguai.

Disponível em:

<http://brennerdesantamaria.blogspot.com.br/2013/04/quartel-centenario-santa-mariao.html>

Acesso em 12 de maio de 2015.

1.6. O tempo passou: Santa Maria no início do século XX.

No dia 15 de Novembro de 1889, com a proclamação da República o Brasil deixou de ser uma Monarquia. O governo republicano, inspirado nos ideais de *Ordem e Progresso* promoveu grandes mudanças no dia a dia das cidades. Santa Maria também viveu grandes transformações, principalmente com a chegada da ferrovia e dos grandes movimentos imigratórios.

Os anos passaram e Santa Maria viveu importantes transformações urbanas. A luz elétrica chegou à cidade no dia 15 novembro 1898, substituindo os antigos lampiões de querosene e dando um ar de modernidade e segurança na vida noturna. Os primeiros telefones foram instalados em 1901. O primeiro jornal, a *Gazeta do Norte* circulou em 1883, propriedade do advogado e jornalista Francisco José Ferreira Camboim Filho. Em 1903, foi construído o primeiro hospital da cidade, o *Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo*. Esse foi um acontecimento muito importante, pois não havia na cidade um local público para tratar da saúde da população. Consultas e tratamentos de doenças eram feitos em consultórios particulares e cirurgias eram realizadas até em fundos de farmácias sem condições adequadas.

No aspecto econômico, apesar de existirem áreas agrícolas, principalmente nas regiões de imigração, o comércio era a principal atividade econômica da cidade. O desenvolvimento comercial ganhou um grande impulso no início do século XX, especialmente, devido à Ferrovia. A paisagem urbana também passou por grandes mudanças. A Avenida Progresso (atual Avenida Rio Branco) tornou-se a principal rua da cidade, além da Rua do Acampamento e a Rua do Comércio (atual Calçada Salvador Isaia).



Avenida Rio Branco na década de 1950.

Disponível em <<http://galaxiado.blogspot.com.br/2016/04/santa-maria-antigario-grande-do-sul.html>> Acesso em 30 de abril de 2016.

Nessas ruas, várias casas comerciais, bancos, hotéis e restaurantes transformavam a cidade em um centro econômico regional. As ruas centrais receberam calçamento e iluminação elétrica. Foram construídas praças, espaços de lazer, clubes, teatro e cinema. Os casebres foram dando lugar a prédios luxuosos que simbolizavam o progresso dos centros urbanos. Porém, esses espaços de lazer eram aproveitados somente pelas classes mais ricas.

A elaboração de Códigos de Posturas municipais, por sua vez, demonstrava a preocupação dos governos municipais em manter a ordem pública através de regras sociais. Havia por parte dos governantes e das **elites** a ideia de que os pobres poderiam ameaçar a ordem pública e a sociedade brasileira. Práticas culturais como a *capoeira*, que relacionavam certos grupos ao passado de escravidão foram criminalizadas e duramente combatidas.

Depois da Ferrovia, o acontecimento que transformou Santa Maria em destaque nacional foi a construção da Universidade Federal de Santa Maria. Criada em 1960 pela lei n.3.834-C, foi a primeira universidade federal construída no interior do país. De “Cidade Ferroviária” à “Cidade Universitária” e “Cidade dos Quartéis”. Atualmente, a economia do município é movimentada principalmente pela atividade comercial, pela presença Universidade Federal de Santa Maria e de outros estabelecimentos de ensino superior, assim como pela grande presença dos quartéis.

O artigo 402 do Código penal Brasileiro de 1890 dizia:

Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de *capoeiragem*: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens.

O significado das palavras

Elites: grupo social composto por aqueles que possuem algum poder econômico e/ou domínio social;

Capoeira: é uma expressão cultural de origem africana que mistura gestos de luta, e dança.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES:

1) Observe as imagens abaixo da Rua do Acampamento, registradas em tempos históricos diferentes.



a) Elabore um pequeno texto sobre as principais diferenças entre as duas imagens:

2) Com a ajuda do (a) professor(a), elabore em seu caderno, uma linha do tempo que mostre dez (10) dos principais acontecimentos da História de Santa Maria vistos nesse capítulo:

3) Pergunte a sua família desde quando vivem em Santa Maria e tente relacionar a história da sua família com a história da sua cidade.

4) Converse com os moradores mais antigos da sua comunidade e elabore um texto sobre a origem do seu bairro e quais as mudanças ocorridas desde sua formação.

CAPÍTULO 2: Nos Trilhos do Trem

O Monumento à Locomotiva, situado na Avenida Presidente Vargas, homenageia e relembra a importância da Ferrovia para o desenvolvimento de Santa Maria. Antes dos trens, o transporte terrestre no Brasil era feito, principalmente pelo gado mular (mulas). Esses animais eram mais resistentes, podiam percorrer várias distâncias e lugares de difícil acesso. Símbolo do progresso, o trem a vapor apitou pela primeira vez na cidade, em 1885. Anos mais tarde, a cidade se tornaria a “Cidade ferroviária” devido ao grande número de linhas férreas que passavam pela estação do município.



Fonte: Wikipédia

2.1. Santa Maria “a cidade ferroviária”

Um dos acontecimentos mais importantes de Santa Maria foi a implantação da *Viação Férrea*, iniciada com a inauguração do trecho Santa Maria-Cachoeira, em 1885. Nos anos seguintes, foram construídas estradas ligando a região central ao restante do país e às fronteiras com Uruguai e Argentina. Devido a sua localização geográfica, Santa Maria se tornou um grande centro de circulação de pessoas e mercadorias, sendo conhecida nacionalmente como “cidade ferroviária”. O desenvolvimento industrial gerado com a ferrovia transformou o estado do Rio Grande do Sul no terceiro mais industrializado do país até meados do século XX, superado apenas por São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1898, a estrada de ferro passou a ser administrada pela empresa *Compagne Auxiliare Chemins du Férau Brésil*. Por isso, a companhia trouxe funcionários belgas e franceses, e construiu escritórios e demais instalações entre as ruas Manoel Ribas e Treze de Maio, próximas a Avenida Rio Branco. Esse conjunto arquitetônico constituiu a então chamada *Vila Belga*, hoje considerada patrimônio histórico e cultural de Santa Maria.

Devido ao aumento das linhas férreas que passavam por Santa Maria, a Avenida Rio Branco transformou-se em um grande centro de comércio com lojas, restaurantes e estabelecimentos que hospedavam as dezenas de viajantes que desembarcavam diariamente na Estação ferroviária.

A implantação da ferrovia também marcou um grande desenvolvimento industrial para a cidade. Nos 15 anos a instalação da ferrovia a renda municipal aumentou em mais de 500%. O aumento da população também foi uma importante transformação. Segundo, João Belém, antes de 1885 vivam na cidade 3.224 pessoas. Em 1900, esse número passou para 33.524 habitantes.

Além das mudanças socioeconômicas, a ferrovia trouxe grande contribuição para o desenvolvimento urbano e arquitetônico da cidade. Vários prédios históricos da cidade foram construídos devido à presença da ferrovia, a exemplo da *Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor* (atual Carrefour), a *Escola Manoel Ribas* (antiga Escola de Artes e Ofícios Santa Terezinha, atual Maneco) e a *Estação Ferroviária (Gare)* e muitos outros.

No início do século XX, as ferrovias e os portos brasileiros eram explorados por grupos estrangeiros, dentre eles, a grande empresa *Brazil Railway*, dos Estados Unidos. Essa companhia obteve o controle da Viação Férrea do Rio Grande do Sul entre os anos de 1911 e 1919. Em 1920, a ferrovia foi estatizada passando a ser chamada de Viação Férrea do Rio Grande do Sul (V.F.R.G.S.)



Foto atual da Gare da Viação Férrea. Na primeira metade do século XX, o local contava com sala de espera, restaurante, biblioteca e espaço para shows diários. Atualmente, o espaço abriga a Secretaria Municipal de Cultura e passou a ser utilizado para apresentações de shows e festivais de música, além de abrir espaço para feiras comerciais e de produtores locais comerciais.

2.2. A Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea

Devido à importância da ferrovia e ao seu grande número de funcionários, duas importantes associações foram fundadas com a intenção de representar os operários ferroviários. No dia 26 de outubro de 1913 foi criada a *Cooperativa de Consumo dos empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul* juntamente com o *Sindicato Cooperativista dos Empregados da Viação Férrea*, contando com 299 associados. Nos anos seguintes a Cooperativa fundou outros armazéns em mais de 15 cidades gaúchas, dentre elas, Pelotas, Porto Alegre, Passo Fundo, Cruz Alta.

O significado das palavras

Gare: estação de estrada de ferro

Sindicato: associação que defendem os direitos de determinada classe ou categoria.



Sede da antiga Cooperativa nos dias atuais
<http://assisbrasil.org/joao/maneco.htm>

Com o objetivo de ajuda **mútua** entre seus membros, a Cooperativa contava com frigorífico, açougue, padaria, armazéns, fábricas de sapato, de móveis, de café, de sabão, escolas, hospital etc. Dentre os vários benefícios para os associados estavam a compra de produtos com preços abaixo do mercado, divisão dos lucros anuais da cooperativa entre os associados e a utilização dos vários serviços oferecidos pela entidade, tais como escolas, hospital, farmácias etc.

Os operários da Viação Férrea também lideraram as grandes mobilizações de trabalhadores que ocorreram em Santa Maria, durante o século XX. Entre os anos de 1914 e 1918,

ocorreu na Europa a Primeira Guerra Mundial. Esse fato fez com que os países europeus envolvidos no conflito aumentassem as importações de produtos primários de países agrícolas como o Brasil. Isso gerou uma carência de produtos de primeira necessidade dentro do país e o aumento dos preços. Em decorrência dessa crise e da ausência de leis trabalhistas, em 1917, os funcionários da Cooperativa decidiram paralisar as suas atividades.

As greves operárias em Santa Maria

Em 1917, as paralisações ocorreram devido a crise de abastecimento e o aumento dos preços gerados pelo aumento das exportações para abastecer os países europeus em Guerra. Com a crise, os trabalhadores da ferrovia aproveitaram para reivindicar, dentre outras coisas, melhores condições de trabalho, aumento dos salários, oito horas diárias de trabalho, etc. Porém, a empresa belga que administrava a Ferrovia declarou que não atenderia as exigências, fato que levou os operários declararem-se a primeira greve. A paralisação, reprimida pela Brigada Militar durou nove dias sem ter atingido seus objetivos, levando à demissão dos grevistas.

Em outubro do mesmo ano ocorreu nova mobilização por causa de atrasos nos pagamentos dos salários dos empregados, dentre outros problemas. Essa greve foi bem mais organizada e mais radical em relação a outra. Durante a noite de 17 de outubro, os operários destruíram algumas locomotivas e danificaram trilhos, impedindo a circulação de trens. A repressão também se radicalizou. Em um dos comícios organizados pelos grevistas, cerca de 30 pessoas, entre operários e familiares, foram mortas por tropas do Exército. A atuação inconveniente da Companhia levou o governo do estado a estatizar a Ferrovia. Como fim da greve, os trabalhadores conseguiram aumento de 10 a 15% dos salários, jornada trabalho de oito horas, pagamento de horas extras, assistência em caso de acidentes no trabalho, dentre outros benefícios.

A segunda grande greve ocorreu em 1936, devido a suspensão da divisão de 30% dos lucros da Viação Férrea entre os operários da ferrovia. Ao saberem que não receberiam o prometido, os operários das oficinas situadas no Km 3 iniciaram a paralisação. Nos dias que se seguiram, aproximadamente, mil funcionários aderiram a greve que se espalhou para outras cidades do estado como Porto Alegre, Bagé e Pelotas. O governo do estado, então, se comprometeu em atender as reivindicações. Os funcionários conseguiram 8 horas diárias de trabalho e o pagamento de 15% dos lucros prometidos anteriormente.

O significado das palavras

Mútua: que se realiza ou se oferece em troca de alguma coisa.

Exportações: saída de produtos de um país para outro, através de venda.

Greve: suspensão temporária de atividades realizada geralmente por trabalhadores que buscam a garantia de

Os ferroviários também participaram ativamente da vida social da cidade. Em 1903, o Clube Treze de Maio foi fundado por funcionários negros da Viação Férrea. Essa entidade foi uma resposta ao preconceito racial do início da República, uma vez que os negros não eram bem recebidos em certos locais, ocupados somente pelos brancos. O prédio do antigo clube hoje abriga o Museu Treze de Maio, na Rua Silva Jardim, próximo Igreja do Rosário. Em 1914, surgia a Associação dos Empregados da Viação Férrea, na Vila Belga. Essa entidade, por sua vez, reunia a “elite ferroviária”, os altos funcionários e autoridades municipais. Os operários da Ferrovia também fundaram a Sociedade Recreativa Ferroviária 21 de Abril, no bairro Itararé, o Grêmio Recreativo Ferroviário Rio Grandense, fundado em 1933, na Vila Schirmer, dentre outros.

A partir da década de 1950, a Ferrovia começou a perder sua importância devido ao desenvolvimento da indústria automobilística. Finalmente, em 1996, as linhas férreas foram privatizadas e passaram a ser administradas pela empresa América Latina Logística (ALL). A Avenida Rio Branco foi, aos poucos, deixando de ser o centro comercial da cidade, que voltou a ser a *Rua do Acampamento* e o *Calçadão*.

Fundado em 1914, o Clube 21 de Abril, no Bairro Itararé, viveu tempos memoráveis de festividades sociais da comunidade ferroviária. Na foto à esquerda, baile de carnaval na década de 1960. Na imagem à direita, o prédio recentemente reformado pela prefeitura com recursos financiados pelo Banco Mundial. A reforma representa o resgate da memória ferroviária da cidade.



ANOTAÇÕES

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

1) Observe as imagens abaixo e escreva, com a ajuda de sua professora, qual meio de transporte (exemplos: carro, avião, carroça etc.) e o tipo de transporte ao qual a imagem se refere (exemplos: rodoviário, animal, aéreo etc.):



Meio: _____

Tipo: _____



Meio: _____

Tipo: _____



Meio: _____

Tipo: _____



Meio: _____

Tipo: _____



Meio: _____

Tipo: _____



Meio: _____

Tipo: _____

2) Explique o que são cooperativas e qual a sua importância para a economia e a sociedade:

3. Sobre os sindicatos no Brasil, pesquise:

a) qual a sua origem?

b) Cite o nome de dois sindicatos importantes e quais classes que eles defendem:

CAPÍTULO 3: Uma terra de imigrantes

Quem caminha diariamente pelas ruas da cidade consegue perceber a diversidade de pessoas, sotaques e rostos. Esse fato demonstra a grande mistura de diferentes grupos de imigrantes que vieram para a região central do estado. De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população santa-mariense em julho de 2015 atingiu o número de 276.108 habitantes. Além da população indígena original, a história de Santa Maria foi fortemente marcada pela chegada de pessoas vindas de vários outros lugares. Desde os inícios da ocupação portuguesa, negros escravizados, açorianos, alemães, **judeus**, belgas, poloneses, russos, italianos, japoneses e **árabes** passaram a viver na região.



Calçadão de Santa Maria, uma das ruas mais movimentadas da cidade, recebe diariamente um grande número de pessoas descendentes das várias correntes migratórias da região central do estado.

Fonte: Jornal A Razão

3.1. A imigração europeia

Como visto anteriormente, antes da chegada de espanhóis e portugueses, a região de Santa Maria já era habitada por tribos indígenas. Nos séculos XVII e XVIII, vieram os padres jesuítas que fundaram estâncias missionárias para catequizar os índios. Com as disputas territoriais entre Espanha e Portugal, surgiram então os primeiros povoamentos que deram origem a cidade de Santa Maria. No início do século XIX uma nova onda de imigrações provocou mudanças na formação social da região central da província.

Em 1850, o governo imperial criou a *Lei de Terras* que estabelecia a posse de terras apenas pela compra. Um dos objetivos dessa lei era estabelecer o controle do acesso à propriedade da terra. Dessa forma, o Estado brasileiro garantia recursos com a venda da terra para o grande número de imigrantes que se estabeleciam no sul do país.

A Teoria do “branqueamento”

De acordo com essa teoria, a humanidade viveria estágios diferentes, sendo umas sociedades superiores às outras. E o fato do Brasil estar em um nível “inferior” ao da civilização europeia ocorria devido à grande presença de negros e mestiços. A solução, portanto, seria “branquear” a população com a vinda de imigrantes europeus. Foi com essa ideia que o Estado brasileiro incentivou a imigração e a miscigenação* entre a população brasileira.

O significado das palavras

Miscigenação: mistura de raças, principalmente através do casamento.

Árabes: povos originários da Península Arábica.

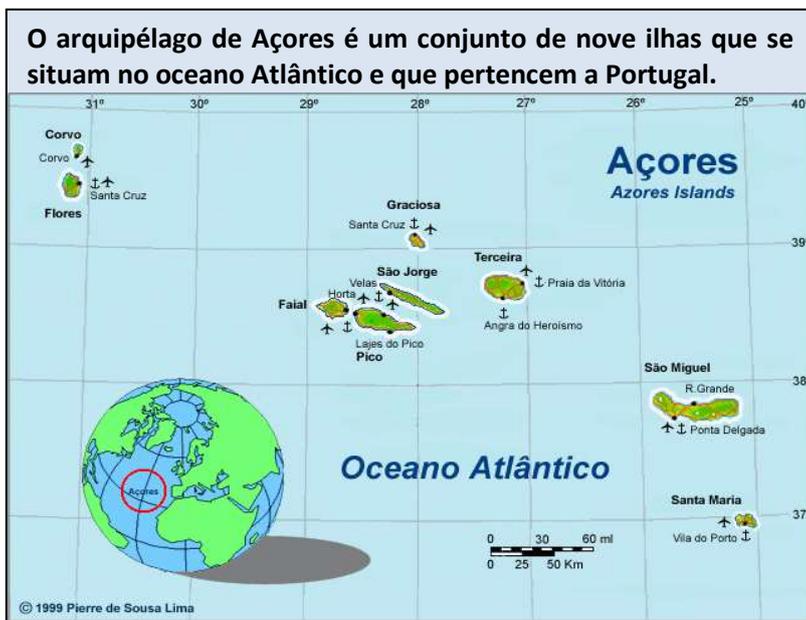
Judeus: povos descendentes dos antigos habitantes da *Judeia*.

3.1.1 Açorianos

Do **arquipélago** de Açores, muitos casais se aventuram a saírem de suas terras, incentivados pelo governo português a habitarem os territórios até então despovoados na região Sul do Brasil. Os açorianos chegaram ao Rio Grande do Sul para marcar a presença portuguesa na região de fronteira disputada por Portugal e Espanha. Essa disputa foi intensificada devido à fundação da Colônia do Sacramento, núcleo de povoamento estratégico fundado por portugueses em território espanhol.

Em Santa Maria, os primeiros habitantes de origem açoriana vieram logo após o estabelecimento do acampamento da comissão demarcatória do Tratado de Santo Ildefonso (visto na página 4). Dos primeiros batizados da chamada *Capela do Acampamento* (um dos primeiros nomes do município de Santa Maria), mais da metade eram de filhos de famílias que vieram do arquipélago de Açores. Com o fim do acampamento em 1801, muitas famílias permaneceram na cidade, que recebeu nos anos seguintes outros grupos de imigrantes dos Açores. Algumas famílias, após chegarem a Santa Maria, se retiraram para cidades como São Martinho da Serra, Tupanciretã e Júlio de Castilhos.

São de origem açoriana sobrenomes bastante conhecidos no Brasil, tais como Silva, Silveira, Pereira, Dias, Rosa, Gonçalves, Oliveira, Barros, Nascimento, dentre outros. Muitos registros de batizados de crianças açorianas constam no Arquivo Diocesano de Santa Maria, que funciona nas mesmas dependências da Catedral Diocesana de Santa Maria.



A culinária açoriana

Uma das maiores contribuições da presença açoriana no Brasil está representada na culinária. Os açorianos popularizam o uso do azeite de oliva e o consumo de peixes, principalmente o bacalhau. Sobremesas bastante conhecidas pelos brasileiros são de origem açoriana, quindim, arroz doce, ambrosia, suspiro, doces com frutas, compotas, fios de ovos, sonho, pão-de-ló, dentre outras.



O arroz doce, doce de origem açoriana é muito apreciado pelos brasileiros.

O significado das palavras

Arquipélago: conjunto de ilhas.

Culinária: a arte e a técnica de cozinhar, principalmente pratos requintados ou típicos de um local, região ou país.

3.1.2. Alemães

Os primeiros alemães a chegarem em Santa Maria participavam do 28º Batalhão de **estrangeiros** e do 1º Batalhão em luta contra os **castelhanos** que disputavam o território do atual Uruguai. O governo brasileiro incentivava a fundarem colônias agrícolas. Para combater os uruguaios, o Brasil contratou mercenários alemães que seriam pagos em dinheiro, mas principalmente em terras pelos serviços prestados.

A partir de 1824, foram fundadas no estado as colônias de São Leopoldo, Novo Hamburgo e Montenegro, na região do Vale do Rio dos Sinos. Em outras regiões foram criados núcleos que deram origem às cidades de Santa Cruz, Venâncio Aires, Candelária, Agudo, Itaara, dentre outras. Na região central do Rio Grande do Sul, os primeiros imigrantes alemães fundaram Agudo, em novembro de 1857, na margem esquerda do Rio Jacuí. A cidade também recebeu imigrantes de outras nacionalidades, que passaram a se dedicar a criação de animais e a agricultura do milho, feijão, trigo, batata inglesa, centeio e tabaco.

Em 1857, também foi fundada a *Colônia do Pinhal*, atual Itaara. A colonização representou o início da urbanização e o desenvolvimento do povoado chamado de São José do Pinhal.

Algumas famílias compraram lotes de terras e se estabeleceram na região. Aos poucos o povoado foi se desenvolvendo, contando com hospedarias, fábricas de aguardente, curtumes e inúmeros estabelecimentos comerciais de produtos coloniais.

Um fator de união entre os imigrantes alemães foi religiosidade. No ano de 1866, um grupo de imigrantes alemães e descendentes, moradores em Santa Maria e de Itaara fundaram a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana. A Igreja de Confissão Luterana começou a ser construída em 1869 e concluída em 1910. Os sinos chegaram da Alemanha em 1885 e foram um dos primeiros sinos não católicos presentes no Brasil.

Apesar de prosperar nos primeiros tempos, a **colônia** do Pinhal começou a entrar em crise com a inauguração da Linha Férrea Santa Maria-Porto Alegre, em 1885. A Estação Ferroviária se localizava a uma grande distância do núcleo de imigração original, o que levou muitos produtores a se mudarem para Santa Maria.

O significado das palavras

Colônia: local habitado por um conjunto de indivíduos, geralmente vindos de outro país.

Estrangeiros: pessoas de outro país.

Castelhanos: indivíduos de oriundos da região de Castela, na Espanha.

Na imagem abaixo, cartaz da Volksfest (festa do povo) que ocorre anualmente, acontece no município de Agudo. São apresentados aos visitantes, a gastronomia típica alemã, artesanato, indústria, comércio e serviços.



Disponível em: <http://radioagudo.com.br/Noticias/8943>
Acesso em 23/10/2015.

A Igreja de Confissão Luterana em Itaara.



Disponível em:

<http://www.guascatur.com/2016/01/igreja-luterana-e-cemiterio-germanico.html>

Acesso em 23 de maio de 2015.

3.1.3. Italianos

A situação da Itália no final do século XIX era de miséria para a maioria da população. No campo a escassez de terras e a exploração dos camponeses geravam fome e pobreza. Em muitas cidades europeias, as máquinas substituíam o trabalho dos artesãos, gerando desemprego e péssimas condições de vida. Muitos italianos passaram a optar emigrar com o objetivo de “*Fare L’América*” (fazer a América).

No Brasil vivia-se o processo de abolição do trabalho escravo. Isso gerava a necessidade de substituir o negro escravizado por mão de obra livre na região sudeste, principalmente nas plantações de café. No Sul, havia a necessidade de ocupar terras **devolutas** e colonizar o território. Dessa forma, os governos brasileiro e italiano resolveram se unir no projeto da imigração.

No Rio Grande do Sul os primeiros italianos chegaram em 1875 e foram encaminhados para as regiões da serra gaúcha. Fundaram os núcleos coloniais de Caxias (que originou as cidades de Caxias do Sul, Flores da Cunha, Farroupilha e São Marcos), Conde D’Eu (cidade de Garibaldi e Carlos Barbosa) e Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves). Mais tarde, foram fundados os núcleos, Silveira Martins (Quarta Colônia), Antônio Prado, Jaguari, Veranópolis, entre outros.

A *Quarta Colônia de Imigração Italiana* recebeu os primeiros imigrantes em 1877. Vindas do norte da Itália, as famílias foram levadas para *Cittá Nuova*, atual cidade de Silveira Martins. Assim que chegavam, eram alojados em barracões até receberem seus lotes de terras, o que podia demorar algum tempo. A demora da demarcação de terras, muitas vezes, gerava conflitos entre os imigrantes e as autoridades. As dificuldades iniciais foram aos poucos superadas e os colonos iniciaram a preparação da terra para a agricultura. Da mata derrubaram árvores para a construção das primeiras casas.

Do núcleo inicial de Silveira Martins, que em 1885 já contava mais de cinco mil habitantes, surgiram outras localidades ao redor. Da *Quarta colônia*, atualmente, fazem parte nove municípios, Nova Palma, Agudo, Restinga Seca, Arroio Grande, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Dona Francisca, Ivorá e Silveira Martins.

Na segunda metade do século XX várias famílias de origem italiana migraram para Santa Maria. Muitos descendentes tornaram-se comerciantes ou vinham para ter acesso a uma educação universitária.

A economia da Quarta Colônia, hoje, depende basicamente do cultivo do feijão, arroz e batata. Além da agricultura, as rendas dos municípios também provêm do turismo devido às belezas naturais, balneários, restaurantes, cafés, feiras de produtos coloniais e eventos religiosos, culturais e **gastronômicos**.



Igreja Matriz da Imaculada Conceição, em Silveira Martins, cidade considerada “berço” da Quarta Colônia.

A Lei de Terras

Em 1850, o governo brasileiro regulamentou a compra e a venda de terras no Brasil. Pela lei, as pessoas que quisessem adquirir terras deveriam comprá-las do Estado. Não seria mais permitido obter terras por meio da simples ocupação. Por isso, os imigrantes que chegavam deveriam pagar ao governo pelos lotes de terras distribuídos.

O significado das palavras

Devolutas: terras desocupadas e de propriedade do Estado.

Gastronomia: conjunto de técnicas utilizadas na confecção de alimentos.

3.2. A imigração judaica

Desde o século I d.C., quando foram expulsos da **Palestina** pelos romanos, os judeus viveram dispersos por várias partes do mundo. No final do século XIX, muitos começaram a sofrer perseguições na Rússia e Europa Oriental. Um grupo de judeus, então, decidiu fundar associações com a finalidade de auxiliar essa comunidade perseguida. Uma delas era a *Jewish Colonization Association*, que depois de enviar judeus para os Estados Unidos, Canadá e Argentina, decidiu enviar uma comissão para o Rio Grande do Sul, a fim de estabelecer uma colônia no Brasil.

No ano de 1904, a fundação da colônia de *Phillipson* foi a primeira área de imigração judaica a ser instalada no Brasil, contando inicialmente com 148 pessoas. O nome era uma homenagem a Franz Philippson presidente e acionista da empresa belga que administrava a ferrovia.

A área situada entre a estação ferroviária de Val de Serra até a estação do Pinhal foi escolhida por se localizar próxima à passagem da via férrea para transportar a produção agrícola da colônia. Quando chegaram os primeiros habitantes de Phillipson, a colônia já possuía uma *sinagoga**, uma escola e uma área destinada ao cemitério.

Porém, nos dois anos seguintes após a instalação, as colheitas não vingaram devido às más condições do solo e outros problemas. Para auxiliar a economia da colônia, a *Compaigne Auxiliaire* passou a comprar madeira extraída da vasta floresta de pinheiros da região, para a construção de dormentes da estrada de ferro.

Contudo, a ajuda oferecida pela empresa não impediu que muitas famílias abandoassem o local. Muitas delas foram para cidades próximas como Santa Maria, Cruz Alta e Porto Alegre. O objetivo dos colonos judeus de se dedicaram a agricultura foi aos poucos substituído pelas atividades comerciais, inicialmente com a atividade de **mascates** e, mais tarde, estabelecendo casas comerciais.

Com a decadência da colônia, restaram poucas famílias judias como proprietárias de terras no local. Muitas famílias migraram para Santa Maria Hoje, da Colônia Philippson, restam apenas o nome e o cemitério desses primeiros imigrantes que é preservado pela Sociedade Beneficente Israelita de Santa Maria.

Uma importante construção relacionada a presença judaica na região é a sinagoga YITZHAK RABIN (foto ao lado), construída em 1923 pelas famílias da Primeira Imigração Judaica organizada para a Fazenda Phillipson. O prédio faz parte do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade desde 2002.



Obelisco, em homenagem aos judeus-russos e primeiros colonizadores da Fazenda Phillipson, em Itaara.



Disponível em <<http://www.panoramio.com/photo/66348439>>
Acesso em 22 de março de 2016.

O significado das palavras

Palestina: local que segundo o Antigo Testamento, foi prometido ao patriarca Abraão.

Sinagoga: templo religioso judaico.

Mascate: vendedor ambulante.

3.3. A imigração árabe

A imigração árabe em Santa Maria ocorreu em duas épocas distintas. Os primeiros imigrantes vieram da Síria e do Líbano e chegaram no início do século XX. O segundo grupo de imigrantes árabes era da região da Palestina e vieram depois de 1950.

A imigração árabe teve duas diferenças em relação à imigração europeia. Tanto os sírios e libaneses quanto os palestinos imigraram sem a ajuda do governo brasileiro. Os recursos para a viagem e para sua instalação no Brasil eram de inteira responsabilidade dos imigrantes. Outra diferença consistia no fato de que os árabes não vieram para fundar colônias agrícolas e sim para habitar os centros urbanos. Por isso se dedicavam exclusivamente às atividades comerciais.

Uma característica importante da imigração árabe era que primeiramente vinham os homens, sozinhos. A situação mais comum era vir o chefe da família para conhecer o país e a provável cidade de destino, depois de juntar as economias mandava recursos para os parentes ou buscava a esposa e os filhos.

Os motivos que levaram sírios, libaneses e palestinos a virem para o Brasil eram principalmente os conflitos religiosos e políticos. No início do século XX, os sírios e libaneses cristãos eram perseguidos pelo Império Turco Otomano. Já os palestinos, na segunda metade do século XX, começaram a perder suas terras devido à criação do **Estado de Israel**.

Em 2007, outras famílias palestinas chegaram a Santa Maria, vindas de um campo de refugiados. Essas famílias conseguiram ajuda da comunidade árabe de Santa Maria. No entanto, esses grupos, diferentemente dos primeiros palestinos, receberam a ajuda do governo brasileiro e do *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados* – ACNUR.

Atualmente, os árabes palestinos mantêm constante comunicação com seu país de origem. Muitas famílias mandam seus filhos para visitarem os parentes e aprender a língua árabe. A religião também é um elemento de união entre eles. O **Islamismo** é preservado através da leitura do **Corão**, da reza diária e do jejum, praticado durante o *Ramadã*, mês sagrado para os muçulmanos. Entre as mulheres, o uso do véu também tornou-se um elemento de forte identidade religiosa e o casamento entre os jovens palestinos uma forma de garantir a união entre as famílias.



Árabes e Turcos
Os árabes são chamados de turcos porque quando chegaram ao Brasil, a Síria e o Líbano pertenciam ao Império Turco-Otomano. Seus passaportes vinham, portanto, com o carimbo do governo da Turquia. Os palestinos por também falarem a língua árabe também foram chamados de turcos.



Fonte: ClicRBS

O significado das palavras

Árabes: povos originários da Península Arábica.

Estado de Israel: Estado criado em 1848, pela *Organização das Nações Unidas* – ONU.

Islamismo: religião fundada pelo profeta Maomé. Os seguidores do Islamismo também são chamados de muçulmanos.

Corão: Livro sagrado para os muçulmanos, da mesma forma que a Bíblia e o livro sagrado para os cristãos.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

1) Pergunte aos seus familiares sobre as origens da sua família e escreva no seu caderno, um pequeno texto para contar aos colegas.

2) Com as informações colhidas com seus familiares e a ajuda da sua professora, elabore uma árvore genealógica da sua família materna e paterna.

3) Pesquise a diferença entre imigração e emigração:

4) Leia o texto abaixo:

DEPOIMENTO DE UMA DESCENTE DE PALESTINOS

“Eu vim junto com a minha mãe, o pai começou a trabalhar aqui e começou a falar pra minha mãe pra ela vir pro Brasil, por que ela ficou lá e ele veio, na época nós éramos três filhos nascidos lá [...]. O meu pai de vez em quando mandava dinheiro pra minha mãe, mas ela falava pra nós que ele tinha ido buscar uma vida melhor [...] eu vim com sete anos, em 1963. Cheguei aqui era carnaval, [...] nós chegamos em Santos, o meu pai tava esperando a gente lá, nós chegamos de navio por que a situação do meu pai não permitia que ele pagasse passagem de avião, então a gente veio de navio.” Husnia

Data da entrevista: 23 de julho de 2010.

a) De acordo com o depoimento, por que o pai da depoente veio para o Brasil?

b) Qual era a relação que o pai mantinha com a família na Palestina?

4) No cartaz ao lado a frase “Na América, terras no Brasil para os italianos”. As companhias de navegação investiam em propaganda para incentivar a vinda dos imigrantes. Porém, quando chegavam ao Brasil, a realidade era bastante diferente. Comente:



Fonte Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves

3) Pesquise sobre as grandes imigrações da atualidade e quais as suas causas:

CAPITULO 4: A Educação em Santa Maria

No início do século XX, Santa Maria já era uma referência na área da educação devido ao grande número de escolas existentes na cidade. Em 1932, já existiam 24 escolas estaduais, 57 municipais e 37 estabelecimentos de ensino particulares.

O historiador João Belém comenta em seu livro *Historia do Município de Santa Maria* que, certa vez, um jornalista do Rio de Janeiro, ao visitar as escolas de Santa Maria, chamou-a de “cidade das bibliotecas”. Em cada instituição de ensino encontrou uma biblioteca, algumas das quais com milhares de volumes. A posição geográfica centralizada e o desenvolvimento econômico devido a Ferrovia foram fatores que contribuíram para o destaque de Santa Maria na área da educação.

A imagem abaixo, a *Banda marcial Manoel Ribas*, criada há 60 anos é considerada patrimônio Histórico e cultural de Santa Maria.
Fonte: <http://professorpizarro.blogspot.com.br/> acesso em 30/02/2016



Na imagem acima, a tradicional “Festa dos Bixos” que acontece duas vezes por ano na Praça Saturnino de Brito no centro da cidade. O encontro transformou-se em um símbolo da comunidade universitária de Santa Maria.
Fonte: Diário de Santa Maria

4.1. As primeiras escolas da cidade

Até o início do século XX, não havia por parte do governo brasileiro uma preocupação com a educação das classes populares. A educação, portanto, era uma possibilidade apenas dos mais ricos. A primeira escola fundada pelo governo brasileiro foi o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Essa instituição tinha a função de formar as elites e os futuros governantes do país. Portanto, no restante do Brasil, o acesso à educação praticamente não existia.

Em Santa Maria, a primeira escola pública foi criada em 1838. Foi nomeado para professor João Maia Braga, homenageado por dar o nome à rua professor Braga. Até 1889, existiram apenas cinco escolas na cidade. Esse pequeno número é explicado pelo fato de que a educação não era vista como algo importante nem pelo governo nem pela população.

A educação tornou-se uma das preocupações dos governos a partir do início do século XX. Então, no Rio Grande do Sul, foram criados os *Colégios Distritais*. O Colégio Distrital de Santa Maria foi criado em 1901, voltado para a educação das classes mais populares. Após ter recebido vários nomes desde a sua fundação, no ano 2000, o antigo *Colégio Distrital* de Santa Maria passou a ser chamado de *Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac* – IEEOB. Atualmente, a escola possui mais de dois mil alunos e, desde 2010, seu prédio é considerado patrimônio histórico da cidade.

Escola mais antiga de Santa Maria em atividade, Instituto de Educação Olavo Bilac, foi criado em 1901 com o nome de Colégio



Disponível em: www.santamaria.rs.gov.br

Outras duas importantes escolas de Santa Maria foram criadas pela Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea (COOPFER). O Colégio Industrial Hugo Taylor, escola masculina criada em 1922 para cuidar da educação dos filhos dos ferroviários. Além da educação básica (matemática, língua portuguesa, ensino religioso etc.), a escola preparava os filhos dos ferroviários para desenvolverem os mais variados ofícios, formando grandes trabalhadores artesãos. Dois anos após sua fundação, além da educação básica já existente, a escola criou cursos de carpintaria, mecânica, ferraria, eletricidade, modelagem, funilaria, dentre outros. Em 1943, a escola passou a se chamar *Escola Industrial Hugo Taylor*.

Em 1930, a Cooperativa fundou uma escola feminina, a *Escola de Artes e Ofícios Santa Terezinha*, atual *Colégio Manoel Ribas* (Maneco), voltada para o ensino das filhas dos ferroviários. O objetivo da escola era preparar as meninas para os serviços domésticos, ensinando-as a serem boas mães e esposas. Além dos sete anos elementares eram oferecidos cursos de bordado, confecção de chapéus, corte e costura, música e economia doméstica. Seu atual nome deve-se à homenagem a um dos mais importantes presidentes da COOPFER e primeiro prefeito da cidade. O prédio é considerado patrimônio histórico do município e do estado.

Escola Santa Terezinha, década de 1950. No ano de 1977, o prédio tornou-se propriedade do governo do estado do RS.



Outras importantes escolas foram criadas posteriormente. O Grupo Escolar João Belém, em 1937. No ano seguinte, o Grupo Escolar Coronel Pillar e em 1946 o Colégio Cilon Rosa. Essas escolas, atualmente fazem parte da rede estadual de ensino, vinculadas a 8ª Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE).

4.2. As escolas religiosas de Santa Maria

Em 1905, foram construídas as duas primeiras escolas religiosas da cidade existentes até hoje. O Colégio *Santa Maria*, criados pelos Irmãos Maristas e o *Colégio Santa'Anna*, fundado pelas Irmãs Franciscanas. As duas escolas seguiam o modelo do Colégio Pedro II, instituição educacional mais importante do país, situada na cidade do Rio de Janeiro. A fama e a qualidade de ensino do Colégio Santa Maria e do Colégio Sant'Anna atraíam estudantes de toda a região e de países vizinhos.

Em 1910, foi criado o *Orfanato São Vicente de Paulo*, por iniciativa de grupo de cristãos. A instituição conhecida como *Educandário* era destinada a cuidar de meninas órfãs e sem lar. Em 1914, o Educandário passou a ser dirigido por irmãs franciscanas pertencentes à comunidade do Colégio Sant'Anna. O orfanato atendia meninas dos quatro aos dezesseis anos de idade. Além do ensino escolar, as alunas tinham aulas de música, canto, leitura, lazer, trabalhos manuais, corte, costura e ajuda nas atividades domésticas. Em 1998 a Diocese de Santa Maria doou o prédio do antigo Educandário ao Centro Universitário Franciscano. Restaurado em 2000, o prédio passou a abrigar o Campus II da UNIFRA.

Em março de 1922, foi criado o Colégio Metodista Centenário pelas missionárias metodistas Eunice Andrew e Louise Best. A construção da escola foi financiada por recursos das Sociedades Metodistas de Senhoras dos Estados Unidos da América e projetado pelo engenheiro Willey Clay. Durante várias décadas, a instituição evoluiu e atualmente oferece desde a pré-escola até cursos superiores na Faculdade Metodista de Santa Maria – FAMES.

Em 1929, foi inaugurada outra instituição importante, o *Patronato Agrícola Antônio Alves Ramos*. Na época o colégio era destinado à educação de crianças carentes, no regime de **internato**. A partir de 1934, necessitando de recursos financeiros para manter a instituição, a direção da escola construiu olaria, serralheria, mecânica geral e uma gráfica. Na década de 1960, foi criado o *Ginásio Industrial*, com ensino profissionalizante de marcenaria, mecânica e eletricidade. Atualmente, com o nome de *Colégio Antônio Alves Ramos*, o prédio que fica na avenida Presidente Vargas abriga a escola, juntamente com a Faculdade Palotina (FAPAS).

Essas instituições, juntamente com outras escolas religiosas, se mantêm como importantes referências no ensino na cidade e região. Muitas delas ainda existem porque se adaptaram aos novos tempos, criaram faculdades para atender a uma busca cada vez maior ao ensino superior no século XXI.

Vista aérea do antigo prédio do Colégio Santa Maria na década de 1930. A fachada praticamente irreconhecível sofreu várias modificações ao longo das últimas décadas século XX.



Disponível em <<https://santamariafoto.blogspot.com.br/2011/05/aviacao-em-santa-maria-decadas-30-50.html>> Acesso em 23/06/2016.

O significado da palavra

Internato: estabelecimento escolar em que os alunos moram na própria escola.

4.3. O ensino superior em Santa Maria

Santa Maria é conhecida hoje como a “cidade universitária”. A denominação deve-se à presença de várias instituições de ensino superior na cidade, principalmente da Universidade Federal de Santa Maria. As faculdades de Santa Maria movimentam a economia no município no ramo de imóveis, comércio e prestação de serviços.

4.3.1 A Universidade Federal de Santa Maria

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi a primeira universidade federal a ser construída em uma cidade do interior do país. Sua fundação, em 1960, transformou o município em uma importante referência na educação nacional.

A criação da UFSM teve como principal personagem o médico José Mariano da Rocha Filho. O primeiro passo de Mariano para a origem da UFSM foi criação da Associação Santa-mariense Pró Ensino Superior - ASPES, em 1948. EM 1959, as famílias Behr e Tonetto doaram o terreno de 40 hectares para a ASPES, no bairro Camobi.

Em 1960, o projeto da universidade foi aprovado pelo Presidente Juscelino Kubsticheck. Os recursos para a construção e funcionamento da universidade foram buscados junto ao governo estadual e federal. Em outubro de 1961 foram iniciadas as obras da *Cidade Universitária*, concluída na década de 1970.

Atualmente, a UFSM possui oito unidades universitárias (centros), uma Biblioteca central, Restaurantes Universitários, Casas de Estudantes e várias outras instalações. Da estrutura Universidade, também fazem parte três escolas de ensino médio e tecnológico, o Colégio Politécnico, Colégio Agrícola de Frederico Westphalen e o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria.

Além da sede de Santa Maria com seus prédios de apoio, a UFSM fundou os campi de Palmeira das Missões, Frederico Westphalen, Cachoeira do Sul e Silveira Martins. Todas essas unidades possuem um número total de 4772 servidores e 28.997 alunos. A UFSM recebe todo ano vários estudantes gaúchos, de outros estados e inclusive de países vizinhos como Paraguai, Uruguai e Argentina.



José Mariano da Rocha (à esquerda) com o senador Tarso Dutra (à direita) durante as negociações para conseguirem a doação do terreno que sediará a Universidade. Disponível em <<http://coral.ufsm.br/revista/numero01/registro02.html>> Acesso em 05 de maio de 2016.

O significado da palavra

Hectare: unidade utilizada para medição de grandes áreas, um hectare equivale a 10.000 m².

4.3.2. O Centro Universitário Franciscano

O *Centro Universitário Franciscano* é a segunda maior instituição de ensino superior da cidade. Seu número de alunos ultrapassa 5 mil matriculados no total de 32 cursos de graduação, além dos cursos de pós-graduação. Sua fundação data do ano de 1955, com a criação da *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição* (FIC). No mesmo ano foi criada a *Escola de Enfermagem Nossa Senhora*

Medianeira (FACEM). Enquanto a FIC tinha por finalidade a formação de professores, mediante cursos de **licenciatura**, a FACEM formava profissionais enfermeiros.

Em 1995 as duas instituições se uniram e passaram a denominar-se *Faculdades Franciscanas*. Em 1998 a instituição denomina-se Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Atualmente a instituição além de formar centenas de profissionais atualmente, desenvolve vários projetos de extensão entre a comunidade santa-mariense, principalmente nas áreas do Direito, Educação e Saúde.



Primeira turma Curso de Enfermagem do Hospital de Caridade, 1942. Ao centro, de terno cinza, o Dr. Astrogildo de Azevedo, à sua direita o médico José Pinto de Moraes. Desde 1903, as Irmãs Franciscanas contribuíram para o funcionamento do hospital. Essa parceria fez surgir a ideia de criação da Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, em 1955.

Fonte ISAIA, Antônio. Os 80 anos do HC Dr. AA, 1983

O significado da palavra

Licenciatura: grau universitário que dá o direito de exercer o magistério, ou seja, curso de formação de professores.

4.3.3. Demais instituições de ensino superior da cidade

O aumento pela procura de cursos superiores no século XX estimulou outras instituições de Santa Maria a criarem faculdades. Em 1998, o Colégio Centenário expandiu sua atuação para o nível superior ao criar a Faculdade Metodista de Santa Maria - FAMES. No ano de 2001, foi criada a *Faculdade Palotina de Santa Maria* - FAPAS, na propriedade do Colégio Antônio Alves Ramos, no bairro Patronato.

Em 2002, a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) iniciou sua história no ensino superior de Santa Maria. A instituição adquiriu um terreno na localidade da Boca do Monte e instalou seis cursos de graduação. Atualmente, completando a lista de instituições de ensino superior da cidade encontram-se a Faculdade Integrada de Santa Maria – FISM, e a Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA.



Prédio da Faculdade Metodista

Fonte: Jornal A Razão

SUGESTÕES DE ATIVIDADE

- 1) Pesquise a respeito da sua escola e elabore um texto sobre o que você descobriu.
- 2) Com a ajuda da turma, recolha imagens e depoimentos que mostrem a história da sua escola e elabore uma exposição com o material encontrado.

Capítulo 5: A Presença Negra e Indígena em Santa Maria

Por mais de quatro séculos, a população negra e indígena no Brasil foi maior que o número de brancos. Apesar disso, até os dias de hoje, negros e índios não têm as mesmas oportunidades que a população branca. Mesmo passados mais de cem anos da abolição da escravidão, os negros ainda lutam contra o racismo e por igualdade no acesso à terra, à educação e ao mercado de trabalho. Já as populações indígenas têm sofrido com a perda de suas terras e de modificação de suas culturas.

Na imagem abaixo, a comunidade **quilombola** *Arnesto Penna*, localizada na zona rural de Santa Maria. A área de 264,2 hectares foi reconhecida em 2014 como propriedade das 16 famílias que vivem no local.
Disponível em <http://www.incra.gov.br/>, acesso em 10/02/2016.



Acima, família indígena em condições precárias de moradia na *Aldeia Três Soitas*, próxima à Rodoviária. Os membros da etnia kaingang vêm do norte do estado e vivem principalmente da venda de artesanato no centro da cidade.
Disponível em <http://antigo.brasilefato.com.br/>, acesso em 14/2/2016.

Quilombola: antigamente eram os habitantes dos quilombos; hoje são os descendentes de ex-escravos.

Foi somente no século XXI que o estado brasileiro criou medidas de inclusão social e de valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena. A *Lei de Cotas*, de 2002, estabeleceu a reserva de vagas em universidades públicas para a população de origem afro-brasileira e indígena.

A Lei 11.645, de 2008, tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas do Brasil, públicas e privadas. Desde o vestibular de 2008 a Universidade Federal de Santa Maria aderiu ao sistema de cotas. Atualmente, a UFSM reserva 14% das vagas para afrodescendentes e 10 vagas em alguns cursos para indígenas. Porém, essas ações afirmativas escondem as lutas que a população negra e indígena ainda tem que travar para garantirem seus direitos e seu espaço na sociedade.

LEI Nº 10.558, de 13 de novembro de 2002

Art. 1º Fica criado o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros.

O Dia Nacional da Consciência Negra

Desde o ano de 1978, os grupos ligados ao Movimento Negro no Brasil comemoram o *Dia da Consciência Negra*. O dia 20 de novembro homenageia a morte de Zumbi dos Palmares, um dos mais celebrados líderes quilombolas da história brasileira. No ano de 2011, data tornou-se parte das comemorações oficiais nacionais com a aprovação da Lei 12.519 que estabelece o "Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares."

5.1. A presença e a consciência negra em Santa Maria

A população santa-mariense teve uma grande presença dos negros na sua história e na sua cultura. Essa história ganhou mais vida e força com a luta dos negros pelos seus direitos após o fim da escravidão, em 1888. Já vimos que a sociedade que se formou após a abolição apresentava práticas sociais excludentes. Em Santa Maria, a grande presença de imigrantes europeus e as teorias de branqueamento criaram um clima de racismo que de certa forma, incentivou os negros a buscarem espaços de ação.

Os Clubes Negros

Como eram impedidos de frequentar muitos dos espaços da sociedade “branca”, os negros fundaram clubes sociais próprios. O primeiro clube negro da cidade foi fundado no ano de 1896 e chamava-se *Clube União Familiar*. Era um espaço de convivência dentro da Vila Operária Brasil, loteamento criado no início do século XX. Os frequentadores do clube eram artesãos, alfaiates, pedreiros, ferroviários, doceiras, soldados etc. O clube foi fechado em 1990, permanecendo vivo na memória de seus antigos frequentadores.

Outro importante clube negro de Santa Maria foi a *Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio*, criada em 1903 por operários negros da Viação Férrea. A data da sua fundação fazia parte da comemoração dos 15 anos da abolição da escravatura. Na década de 1960, o clube chegou a contar com oitocentos associados.

Em 2001, foi criado o *Museu Treze de Maio* no edifício da sua antiga sede, na Rua Silva Jardim. O prédio foi declarado Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do RS. Desde então, a entidade promove a recuperação e a preservação da história e da cultura da comunidade negra ferroviária santa-mariense. O museu possui site que promove os projetos da entidade, eventos e publicações sobre a comunidade negra santa-mariense.

A Irmandade Nossa Senhora do Rosário

A luta pela afirmação da identidade negra em Santa Maria teve um grande destaque com a *Irmandade Nossa Senhora do Rosário*, fundada em 1873. Criada para manter os negros sob a influência da Igreja Católica, essa entidade teve um importante papel na expressão da religiosidade da comunidade negra de Santa Maria. As irmandades religiosas eram grupos formados por pessoas unidas para adorar a um santo, dar proteção aos seus membros e até mesmo auxiliá-los quanto às suas necessidades.

Porém, o fato dos membros da Irmandade não obedecerem fielmente às ordens do **clero** fez com a Igreja entrasse em conflito com a Irmandade. Em 1915, após uma disputa que envolveu a polícia e a Justiça, as chaves da *Capela do Rosário* foram tomadas de seus membros pelo *Padre Caetano Pagliuca*. Dessa forma, a comunidade negra que participava ativamente da Irmandade desde a sua fundação perdeu o total direito sobre ela. Em 2005, foi realizada novamente a procissão em homenagem a São Benedito, santo de grande tradição entre negros católicos.

Livro que conta a história do Clube União Familiar foi escrito pela estudante do curso de História da UFSM, Franciele Rocha e lançado na Feira do Livro de Santa Maria, em 2016.

Fonte: Diário de Santa Maria



O significado da palavra
Clero: membros da Igreja

As comunidades quilombolas

Se nas cidades, os negros lutavam e ainda lutam pelo seu espaço, no campo eles buscam acesso a terra. Assim, formam-se as comunidades quilombolas, onde vivem atualmente grupos descendentes de escravos. Na região central do estado existem várias comunidades quilombolas, dentre elas, a *Associação Quilombola Vovó Izabel*, no município de Nova Palma e o *Quilombo Rincão dos Martimianos*, em Restinga Sêca.

Em Santa Maria, a *Comunidade Quilombola Arnesto Penna*, recentemente conseguiu demarcar suas terras na Justiça após muitos anos de luta. No quilombo vivem os descendentes da escrava *Balbina*, que recebeu as terras de Ambrosina Penna, através de doação. A realidade desse quilombo é semelhante à da maioria das terras quilombolas em todo o Brasil. Nem todas as casas da comunidade possuem energia elétrica, o transporte até o quilombo é feito com muita dificuldade e a produção agrícola não é suficiente para alimentar todos seus membros. Dessa forma, os quilombolas seguem buscando melhores condições de vida e a garantia de seus direitos.

A religiosidade afro-brasileira

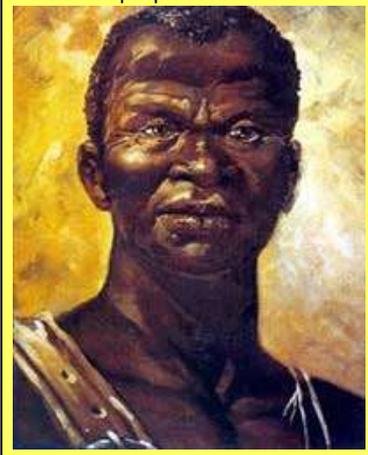
Um elemento muito importante da comunidade negra é a religião. Durante o período da escravidão, os negros eram obrigados a praticar o Catolicismo, pois era a religião oficial do Estado brasileiro. O *Candomblé* e a *Umbanda* eram considerados bruxaria pela Igreja e pelas autoridades.

Por isso, os negros passaram a seguir seus costumes religiosos africanos secretamente. Para disfarçar, identificavam seus deuses com os santos da religião católica. Por exemplo, quando rezavam para São Jorge, estavam cultuando *Ogum*. Quando se dirigiam a Nossa Senhora dos Navegantes, estavam falando com *Iemanjá* etc.

Em Santa Maria, a religião de origem africana mais praticada hoje é a Umbanda. Existem vários terreiros registrados legalmente, a maioria deles, localizados na zona norte da cidade. Festejos organizados por associações umbandistas chegam a contar a participação de mais de mil pessoas. Em 2016, a Prefeitura de Santa Maria aprovou a lei que cria o *Conselho do Povo de Terreiro de Santa Maria*, uma importante conquista para a comunidade umbandista da cidade.

Mesmo assim, as religiões de origem africana ainda sofrem com o **preconceito** de pessoas que não compreendem o significado dos seus cultos. Isso acontece muito pelo fato da presença marcante do Catolicismo na cidade. Aos poucos, porém, as religiões afro-brasileiras vão buscando reconhecimento e conquistando seu espaço.

Quilombos, na época da escravidão eram os espaços escondidos nas matas para onde os escravos fugiam procurando liberdade. O mais famoso foi o *Quilombo dos Palmares* e seu grande líder foi Zumbi, símbolo da resistência escrava. A Constituição de 1988 reconhece as comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras devendo o Estado emitir-lhes os títulos de propriedade definitiva.



O candomblé e a Umbanda

O Candomblé é uma das várias religiões de origem africana, reconhecido em 2005 pela UNESCO como Patrimônio Imaterial da Humanidade. Seus rituais são realizados ao ritmo de **atabaques** e cantos em idiomas de origem africana (ioruba ou nagô). As cerimônias são realizadas nos "terreiros" e dirigidas por um pai de santo (*babalorixá*) ou uma mãe de santo (*ialorixá*).

A umbanda é uma mistura práticas do candomblé, do catolicismo e do espiritismo. É um culto mais brasileiro, mais simples e mais popular, até porque seu idioma é o português e não as línguas africanas.

O significado das palavras

Atabaque: instrumento musical de origem africana utilizado em danças e rituais religiosos.

Terreiros: local onde se cultuam os deuses africanos.

Preconceito: ideia formada sem o conhecimento do assunto.

A criança negra nos livros infantis

Uma das grandes lideranças do Movimento Negro em Santa Maria é a professora e escritora Maria Rita Py Dutra. Suas obras destinadas ao público infantil tratam de temas como o racismo, o dia a dia de crianças negras nas suas comunidades, na escola, a forma como elas se veem e veem o mundo.

A coleção *Histórias da Vó Preta* conta o dia a dia de crianças negras na escola, na sua comunidade e as diferenças culturais. Os livros trazem personagens como Júnior, menino de 4 anos chamado de “negro” por um coleguinha de aula. A partir daí, ele não quer mais voltar à escola, fica magoado e quer beber leite para não ficar muito preto. Sua vovó, então, conta histórias a respeito do orgulho que se deve ter por ser afro-brasileiro.

Outra história conta a vida escolar da menina Layla, uma garotinha negra muito linda e que adora ir à escola. Certo dia chega à classe uma aluna nova que se recusa a brincar com Layla por que ela é negra.

Aziza é uma linda menina que comemora seu aniversário. Bruno, um dos convidados da festa, se recusa a comer coisas escuras como brigadeiro e bolo de chocolate com medo de ficar com a pele mais escura e ser chamado por seus colegas de ‘Tição’.

Zeca é um garoto pobre que mora na Vila Esperança e sonha em se tornar um herói. Certo dia, numa de suas viagens imaginárias, testemunhou o início de um incêndio no Bosque Municipal. Valentemente, ele avisou os bombeiros e foi à prefeitura conversar com o prefeito sobre o perigo de incêndios. Quando sai da prefeitura, Zeca é aplaudido e recebido como herói, o Zumbi da Vila Esperança.



5.2. A presença indígena em Santa Maria

Antes da chegada de espanhóis e portugueses, várias tribos habitavam a região de Santa Maria, principalmente Tapes, Minuanos e Guaranis. A presença indígena está retratada na lenda de Ymembuí que mostra os primeiros contatos entre índios e brancos.

Hoje a presença indígena na cidade está reduzida às famílias indígenas das etnias Guarani e Caingangues. Muitos vêm de aldeias do norte do estado. Seus descendentes são encontrados pelas calçadas para comercializar seus produtos, realizando apresentações artísticas, e muitos deles acabam também pedindo esmolas para sobreviver.

Os Guaranis

Há mais de mil anos, viviam na região central do estado, próximos ao rio Ibicuí dezenas de tribos guaranis. Esses grupos viviam da caça, pesca, coleta de frutos e da prática da agricultura. Com a chegada dos espanhóis, a maioria dessas tribos foi reunida em *Reduções* ou *Missões Jesuíticas*. Em Santa Maria existiu uma redução chamada São Cosme e Damião que acabou desaparecendo devido aos ataques dos bandeirantes.

Até o século XIX, próximo à Rua do Acampamento, existia uma aldeia guarani com cerca de cinquenta famílias lideradas pelo cacique *Arahuhy*. Com a morte do cacique, a tribo foi perdendo sua força e com a construção de vários prédios no local a aldeia sumiu.

Das várias tribos que viviam no Rio Grande do Sul, só restam algumas. Atualmente, próximo a BR-392 no bairro do Arenal, está situada a aldeia *Tekoa Guaviraty Porã*. O reconhecimento da área de 77 hectares onde vivem 16 famílias indígenas simboliza uma vitória para a comunidade da aldeia.

Porém, os indígenas da Tekoa ainda passam por grandes dificuldades. Para sobreviverem de forma digna, eles buscam construir mais casas na aldeia, uma escola, banheiros, uma fonte de água potável, luz elétrica e maior segurança para os membros da tribo.



Indígenas da Tekoa Guaviraty Porã consomem a Kaguijy, bebida tradicional guarani. Fonte: Revista o Viés acesso em 08/11/2015

Os Caingangues

Outro grupo indígena que vive em Santa Maria hoje é formado pelos Caingangues. Eles migram do norte do estado para vender seu artesanato, principalmente na época da Páscoa e do Natal. Desde 2009, os índios ocupam a um terreno na Rua João Batista da Cruz Jobim, próxima Estação Rodoviária. O local recebeu o nome de *Aldeia de Três Soitas* e é comandada pelo cacique Natanael Claudino. Em 2013, local foi construída uma escola no local, a Escola Estadual de Ensino Fundamental *Augusto Opê da Silva*. Além da Escola, a comunidade conta com uma horta, galinheiro e campo de futebol de areia.



Cena comum no calçadão de Santa Maria, indígenas vendendo os produtos feitos na aldeia.

Fonte: Diário de Santa Maria

A principal fonte de renda dos índios da aldeia é o artesanato. A matéria prima é retirada de uma área verde localizada atrás da aldeia. A situação dos indígenas de *Três Soitas* é parecida com a de muitas outras que existem no estado. Esses grupos não conseguem mais produzir alimentos suficientes em suas terras e acabam migrando para as cidades.

Porém, quando chegam aos centros urbanos eles têm que enfrentar muitas dificuldades para sobreviverem. Essa situação de miséria e descaso tem contribuindo para diminuir a população indígena em todo o país. As crianças indígenas são as que mais sofrem.

Em 2013, foi lançada uma revista em quadrinhos que conta um pouco da vida das crianças indígenas que vivem na cidade. “As aventuras do indiozinho Bretã”, escrita em português e caingangue faz com que os leitores entendam o dia a dia de um pequeno indiozinho, suas brincadeiras e crenças.

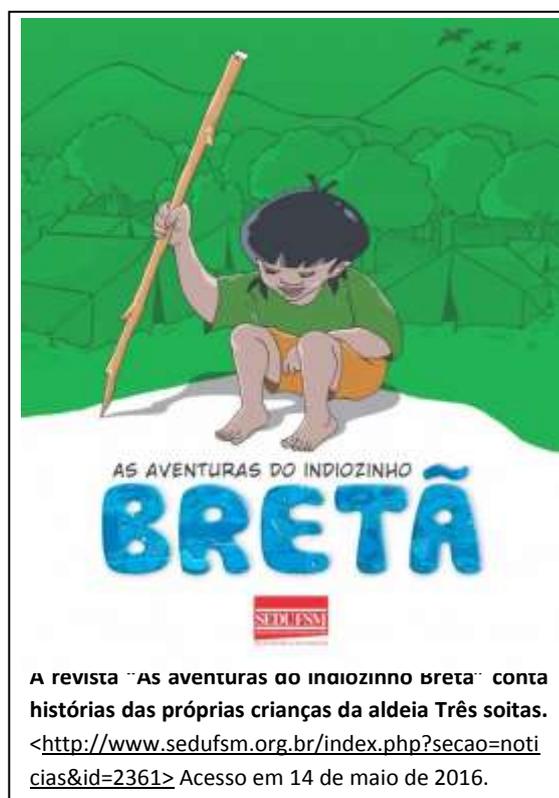
As histórias vividas por Bretã mostram as diferenças e a interação dos valores de uma criança indígena com o dia a dia de uma sociedade em que o índio, muitas vezes, é vítima de olhares preconceituosos.

5.2.3. A luta dos índios pelo acesso à educação

Além da luta para construir e manter as escolas nas suas aldeias, os indígenas adultos lutam pelo acesso à universidade. Atualmente, vinte cursos da UFSM oferecem vagas específicas para os indígenas. A preferência é por cursos das áreas da educação e da saúde, que são as necessidades mais urgentes das aldeias.

Porém, depois que conseguem entrar na universidade, os indígenas enfrentam vários problemas. Dentre as principais dificuldades encontradas é a falta de uma casa de estudante só para indígenas. falta de recursos para terminarem a faculdade e o preconceito de muitos colegas que não querem estudar com índios e negros que entram por cotas.

Mas felizmente, aos poucos os índios vão ganhando ajuda para conseguirem seus direitos. O Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (GAPIN) é uma das associações que ajudam os indígenas. As ações do GAPIN vão desde a busca pela demarcação de terras indígenas ao apoio à causa indígena na sociedade santa-mariense.



SUGESTÃO DE ATIVIDADES

1) Complete os espaços respondendo às perguntas abaixo:

- Local para onde os escravos fugiam em busca de liberdade.
- Religião que de origem africana que reúne práticas do candomblé, do catolicismo e do espiritismo.
- Grupo indígena que habita a aldeia *Tekoa Guaviraty Porã*.
- Grupo indígena oriundo do norte do estado e que vive da venda de seu artesanato no centro da cidade.

J T I O P F M R E C S N L K M L J H C F S E C V T A N F K R H U I U P T
F P F M C E C S N L K P R S L J H C B K O P R M L I Q H F S O P Ç I O T
N B T N A N Y B F S V Z P O F C T D S N I S S C T Q U B I C T D S N I S I
J T I O P I M R E C S U M B A N D A J O M N R T J I H C F S E C V T A
S N L K N R S W Q B K O P R M L J H M R E C S M L L P I B R E I R G B
T A N F G R H O M M U P F P F M R E C S N L K J O W I B K I O P R J
A A N B A N O N Y B F S V Z P X M E G N P O F T J M S N I S S C T Q I
J T I T P N M R T N S N L K P R S W A N B T N O N B F S V Z P X M I T
E G N P G F C T D S N I S S C T I A B N G I O P F N O E C S N L K P R J
S N A N U T N O N Y B F S V Z P X G U A R A N I C T D S T U S C T M T
Q A B A E B T N O N Y B F S V Z P X M E G N P O F C T D S N I S S C I

2) Leia o texto abaixo:

A Lei 11.645, de 10 de março 2008, estabelece como obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e indígena, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicas e privadas em todo o país. O conteúdo incluirá aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos. Os estudantes devem aprender a história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional. O objetivo é compreender as suas contribuições nas áreas social, econômica e política para a história do Brasil.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 27 de julho de 2015 (adaptado).

a) Para você, é importante o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas? Justifique sua resposta:

b) Com base no texto acima e nos seus conhecimentos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as afirmativas falsas:

- () A Lei acima contribui para o conhecimento da importância dos negros e índios para a história do Brasil.
- () A Lei tornou obrigatório o ensino sobre os grupos indígenas e negros apenas nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental.
- () Com base na Lei, é possível promover atividades de valorização do negro e do índio em ocasiões especiais do ano, tais como a Semana da Consciência Negra e no Dia do Índio.
- () O ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena não é necessário, pois esses grupos não contribuíram para a formação social do Brasil.

Capítulo 6: O Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria

O que é Patrimônio?

Podemos dizer que *Patrimônio* é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de um povo, de um bairro, um país, uma cidade etc. É o legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras.

O que é Cultura?

É o conjunto de elementos que caracterizam uma sociedade, um país, uma região, um povo. Elementos culturais são: arte, ciências, costumes, tradições, leis, religiões, crenças, esportes, valores morais e éticos e todas as maneiras de ser (sentir, pensar e agir).

No mundo, a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) é o órgão que reconhece os bens materiais e imateriais que são considerados patrimônio histórico e cultural da Humanidade.

No Brasil, o *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional* (IPHAN) é órgão máximo que reconhece e preserva os bens materiais e imateriais em todo território nacional.

Em Santa Maria, o *Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria* (COMPHIC) deve proteger o patrimônio local e a manutenção de elementos materiais e imateriais com importância para a cidade, como por exemplo, edificações, monumentos, tradições e festividades.

Bens materiais são os aspectos mais palpáveis da vida humana. Cultura material é o mesmo que objeto ou artefato. São exemplos de bens materiais: construções, obras de arte, vídeos, fotografias, roupas, moedas, jornais, livros, documentos, peças de cerâmica, utensílios domésticos etc.

Bens imateriais são elementos que não podem ser “tocados” com as mãos. São exemplos de bens imateriais: costumes, músicas, orais, dança culinária, a memória, a fala, letras de músicas, lendas, tradições etc.

6.1. O Patrimônio Material de Santa Maria

O *Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria* reconhece as seguintes construções como Patrimônio Histórico Material de Santa Maria. Esses prédios contribuem para a construção da memória da cidade. São eles:

O prédio do extinto *Banco Nacional do Comércio*

O Banco Nacional do Comércio (atual sede da Caixa Econômica Federal) foi a primeira unidade bancária da cidade. A agência foi fundada em 1918 e funcionou até 1973. Ainda na década de 1970, a Caixa Econômica Federal (CEF) comprou o prédio. O novo dono pretendia demolir o prédio, mas a população santamariense se uniu e impediu a demolição. A CEF então iniciou uma grande reforma mantendo apenas a fachada original. Desde 1978, a construção é considerada patrimônio histórico do município.



A Sociedade União dos Caixeiros Viajantes (SUCV)

O prédio da SUCV foi construído em 1922 e foi o primeiro prédio da cidade com elevador. Localizado no em frente à Praça Saldanha Marinho, na esquina da Rua Venâncio Aires com a Avenida Rio Branco é hoje sede do gabinete do prefeito. O edifício tem o nome de *João Fontoura Borges*, uma homenagem ao presidente da entidade e idealizador da obra. Em 1993, o prédio foi reconhecido oficialmente como Patrimônio Histórico de Santa Maria.

Os caixeiros-viajantes eram vendedores que percorriam ruas e estradas batendo de porta em porta oferecendo suas mercadorias. Antigamente, quando não havia facilidade do transporte, os caixeiros-viajantes eram a única forma de transportar produtos entre diferentes regiões fora das grandes cidades.

A Praça Saldanha Marinho

A praça mais antiga da cidade foi construída por volta de 1919, próxima ao acampamento da comissão demarcatória de limites. Seu atual nome homenageia o engenheiro da comissão, Joaquim Saldanha Marinho Filho. Por mais de um século, a Praça tem sido o ponto central da cidade. No dia a dia da população, o local é um ambiente de lazer e um espaço de manifestações culturais como shows, a Feira do Livro e o Festival de Vídeo e Cinema.



Praça Saldanha Marinho em 1934. Ao fundo, o prédio da SUCV.

O Teatro Treze de Maio

O *Teatro Treze de Maio* foi criado em 1890 e permanece até os dias de hoje como uma grande casa de espetáculos. O nome foi escolhido em homenagem à abolição da escravatura no Brasil, assinada pela princesa Isabel, em 1888. Em mais de um século de existência, o prédio já foi sede de um jornal, do Fórum da cidade e da Biblioteca Municipal. Em 1993, foi fundada *Associação dos Amigos do Teatro Treze de Maio*, responsável pela última reforma do local. Finalmente, em 1997 o teatro foi reaberto e desde 2014, é considerado patrimônio histórico e cultural da cidade.

A Vila Belga

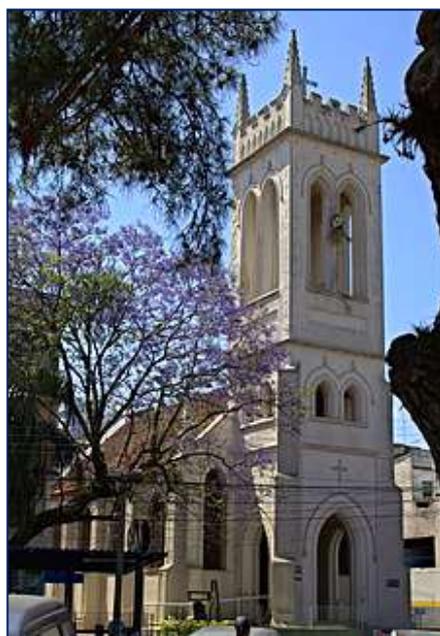
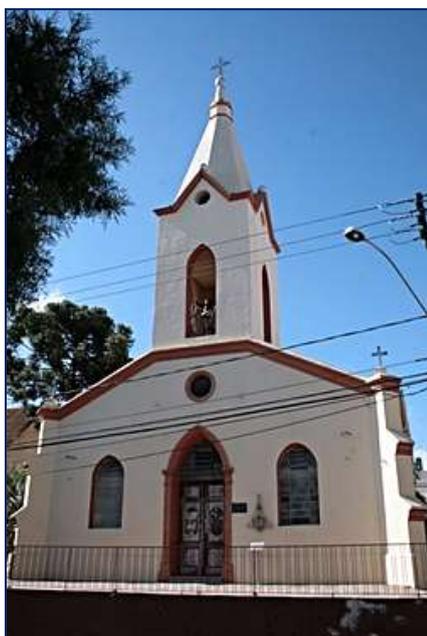
A Vila Belga foi inaugurada em 1907 para abrigar os funcionários da Companhia belga que administrava a ferrovia no rio Grande do Sul. O conjunto habitacional contava com oitenta e quatro casas e representa a importância. Em 1988, a Vila Belga foi considerada patrimônio histórico do município.



Os templos religiosos

Santa Maria se transformou em um centro religioso muito importante, principalmente, devido à grande presença de imigrantes. Em 1873 foi erguida a primeira construção religiosa de Santa Maria existente até hoje, a *Igreja Evangélica de Confissão Luterana*. A construção que fica na esquina das ruas Barão do Triunfo e Coronel Niederauer foi resultado da união da *Comunidade Evangélica alemã*, criada em 1866. A campanha para a construção do templo contou com o apoio dos descendentes de imigrantes alemães de Santa Maria e Itaara.

O segundo templo religioso construído na cidade foi a *Catedral do Mediador da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*, em 1906. A *Catedral Diocesana de Santa Maria* foi construída em 1909, após uma grande campanha liderada pelo Padre Caetano Pagliuca. O templo substituiu a antiga Igreja Matriz que no início do século XX estava em péssimas condições. Juntamente com a Catedral, encontra-se o Museu de Arte Sacra de Santa Maria. Fundado em 2005, o Museu possui várias peças de arte, objetos e documentos que contam parte da história do Catolicismo no Brasil.



Da esquerda para a direita, *Igreja Evangélica de Confissão, Luterana, Catedral do Mediador da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e a Catedral Diocesana de Santa Maria*. Essas três construções representam a importância e a presença de parte da religiosidade do município. Fonte <<http://santamariaemconser.wixsite.com>> Acesso em 23 de janeiro de 2016.

Outros prédios considerados Patrimônio histórico e Cultural de Santa Maria
A Escola Estadual de Ensino Médio Manoel Ribas
A Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea
O Instituto de Educação Olavo Bilac
A Sinagoga Ytzack Rabin
O Prédio da Câmara de Vereadores
A Gare da Estação Ferroviária

6.2. O Patrimônio Imaterial de Santa Maria e Região.

São considerados patrimônio imaterial de um povo os saberes e técnicas, as formas de expressão, lugares e eventos que marcam a cultura de determinada região ou grupo de pessoas. São considerados patrimônio imaterial de Santa Maria, os seguintes bens.

Xis Santa-Mariense

Em setembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Santa Maria criou o selo de qualidade “Santa Maria Cidade do Xis”. A medida estabelece o horário de funcionamento e a localização dos ‘trailers’, os cardápios, e uniformes para a produção do lanche. Inspirado no *cheeseburger* americano, o xis tradicional é formado de pão branco arredondado, salada, cebola, tomate, milho, ervilha e alface. Depois mostarda, catchup, maionese. Em cima de tudo, carne, queijo derretido e ovos feitos na chapa. Fecha, prensa, e está pronto!



A estrada do Perau



A Estrada foi aberta por volta dos anos 1840, para servir de passagem para pessoas a pé. No início, era apenas uma picada, um caminho estratégico para as tropas militares, a fim de diminuir o trecho rumo aos campos de cima da serra. Na década de 1850, o caminho foi alargado para garantir a passagem de carretas. O Perau tem cerca de 10 quilômetros, foi construído juntamente com a colonização alemã do Pinhal, atual Itaara. Na década de 1940, a estrada foi calçada.

O local possui uma rica biodiversidade, com espécies de fauna e de flora ameaçadas de extinção. Parte do trecho da estrada pertence à Santa Maria e a outra metade, ao município de Itaara. Esse lugar proporciona uma vista para lindas paisagens e para a cidade de Santa Maria.

A Cutelaria

Cutelaria é a arte ou ofício do cuteleiro, pessoa que fabrica ou vende instrumentos de corte. São exemplos de produtos da cutelaria: espadas, adagas, facas, facões, machados, punhais e navalhas.

De forma mais artesanal ou com o uso de máquinas sofisticadas, a arte da cutelaria é desenvolvida em Arroio Grande, distrito da região leste de Santa Maria. A localidade abriga cinco fábricas de facas que são vendidas em todo o Brasil e países da América e da Europa. O ofício da cutelaria exige muito talento da mão de obra artesanal. Essa técnica é passada de geração para geração desde a década de 1940.



As Bandas Marciais

As bandas de Santa Maria são conhecidas pela sua tradição, pelas apresentações ao ar livre, pela abertura e decorrer de grandes eventos. A atuação das bandas faz parte da história centenária do município. As bandas marciais buscam educar seus componentes através da música, promover valores como o combate à violência e a valorização da cultura santamariense.

Banda de Música da Brigada Militar - Criada em 15 de Outubro de 1892.
Banda de Música da 3ª Divisão de Exército - Criada em 30 de Abril de 1909.
Banda Marcial Manoel Ribas - Surgiu no ano de 1956, sendo chamada carinhosamente de “Banda do Maneco”.
Banda de Música do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica - BASM - Criada em 30 de Janeiro de 1978.
Banda Marcial da Escola Providência - Fundada em 2004.
Banda Marcial da Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Antônio Xavier da Rocha - Fundada em 02 de Maio de 2005.



A Romaria Estadual da Medianeira

A Romaria da Medianeira é realizada desde 1930. Essa festa representa a presença da religiosidade católica entre a população da cidade. A primeira procissão de Nossa Senhora da Medianeira foi realizada por um grupo de mulheres que organizaram uma caminha pela paz devido a um conflito entre militares na cidade.

A Romaria acontece sempre no segundo domingo de novembro. A saída ocorre em frente à Catedral Metropolitana de Santa Maria em direção ao Santuário Nossa Senhora da Medianeira, onde é celebrada uma missa.

Em 1942, Nossa Senhora Medianeira foi proclamada Padroeira do Rio Grande do Sul. Atualmente, os participantes se reúnem para dar início ao trajeto, rezando durante a procissão, muitos fazem pedidos ou pagam suas promessas pelas graças alcançadas durante o ano.



O Festival de Balonismo

O Festival Internacional de Balonismo de Santa Maria ocorreu pela primeira vez em 2009, pela comemoração do Aniversário de Santa Maria.

Desde o primeiro ano do evento, ele é realizado no Parque Municipal Jockey Club, região Oeste da cidade. Em 2014, juntamente com o festival, aconteceu o Campeonato Gaúcho de Balonismo, no qual participam vários competidores com seus balões temáticos.

O evento já faz parte do calendário comemorativo do aniversário de Santa Maria e reúne mais de 60 mil pessoas. O Festival também representa um espaço de lazer e encontros de pessoas da cidade e região.



Outros elementos considerados patrimônio cultural de Santa Maria

<i>A Tertúlia Musical Nativista.</i>
<i>A Ponte sobre o Vale do Menino Deus (Garganta do Diabo).</i>
<i>A Academia Santa-Mariense de Letras.</i>
<i>O Calçadão Salvador Isaia.</i>
<i>O Festival Santa Maria em Dança.</i>
<i>A Feira do Livro de Santa Maria.</i>

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

1) Classifique os seguintes elementos como patrimônio material ou imaterial:

- a) Técnica de fabricação do Queijo Minas: _____
- b) Ofício das rendeiras da região Nordeste: _____
- c) A Estátua do Cristo Redentor: _____
- d) As Ruínas da Redução de São Miguel: _____
- e) As religiões afro-brasileiras: _____
- f) As estátuas do Mestre Aleijadinho: _____

2) Se o patrimônio material e imaterial de um povo fazem parte da sua cultura e sua história, por que devemos preservar o patrimônio da nossa cidade? Elabore um pequeno texto justificando sua resposta.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos: História da Economia do Município**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica do município de Santa Maria e do extinto distrito de São Martinho 1787-1930**. Santa Maria: Tipografia Editora La Salle, Canoas RS. 2ª ed. BELÉM, João. História do município de Santa Maria – 1797-1933. Santa Maria: UFSM, 3ª ed. Silvana

BIASOLI, Vitor Otávio F. **O Catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte (Rio Grande do Sul - 1870/1920)** (Tese). Programa de Pós Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2005.

BISSO, Alan Bernardo Arruda. **Diagnóstico Socioambiental do Município de Silveira Martins-RS** (monografia) Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008.

CASSEL, Lenir. **A Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (monografia) de 1913 a 1960, em Santa Maria**. (monografia) Especialização em História Social e administrativa do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição” Santa Maria/ Porto Alegre, 1981.

CIGNACHI, Henrique. **Os operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul: entre a radicalização e o consenso (1917-1936)**. (monografia) Curso de Especialização em História do Brasil da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

JOBIM, André Vinicius Mossate. **A greve ferroviária de 1936 em Santa Maria in AEDOS-Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. *Aedos* - ISSN 1984- 5634 <http://www.seer.ufrgs/aedos> Num. 4, vo l. 2, Novembro 2009

MORALES, Neida Regina Ceccin. **Imigração e Memória: Histórias de Imigrantes Sírio-Libaneses no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado MILA/ UFSM/ maio de 2004.

PACHECO, Luiza Segabinazzi. **Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac - Contextualização e Caracterização com os Institutos de Educação no interior gaúcho, 1920**. Rio de Janeiro, v. VII, n. 3, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/lsp_ies.htm>.

RIBEIRO, José Iran, & WEBER, Beatriz, Teixeira (organizadores). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Pallotti, 2010.

_____. **Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Santa Maria: Pallotti, 2012.

RIBEIRO, Nely. **Os meios de comunicação em Santa Maria: viação férrea e imprensa**. Santa Maria, 1979.

PADOIN, Maria Medianeira. **A Viação Férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria**. In **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria, 2010.

PEREIRA, Silvia. **A valorização do Patrimônio Socio-Histórico- Cultural na Gestão das Escolas do Município de Mata** (monografia) Programa de Pós Graduação em educação da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2007.

PISSUTTI, Maria Dolores Dalmolin. **A formação histórica e socioespacial da cidade de São João do Polêsine – RS (monografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, 2005.

SCHILLING, Getúlio. **A Arte Fotográfica e o Teatro em Santa Maria**. Santa Maria: Palotti, 2005.

SOUZA, Nádya Beck de. **Patrimônio cultural urbano de Santa Maria (relatório de pesquisa) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição”**. Santa Maria/Porto Alegre, 1992.

TORRES, Thaís Gomes. **A construção do espaço pelo turismo: Rota Turística Gastronômica de Santa Maria e Silveira Martins, RS (dissertação)**. Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação e cultura: o projeto regional de educação patrimonial da Quarta Colônia.** (dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2000.

WEBGRAFIA

BRASIL. Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008.

BRASIL. LEI Nº 12.519, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

<http://www.santamaria.rs.gov.br/escritorio/noticias/9260-edificacoes-de-santa-maria-entram-para-a-lista-de-patrimonio-ferroviario-nacional> patrimônio

<http://colegiosantanna.com.br/site/santanna/historico.php>

<http://www.clubessociaisnegros.com.br/category/clubes/sociedade-cultural-ferroviaria-treze-de-maio-museu-treze-de-maio/>

<http://www.unifra.br/50anos/escola.asp>

<http://memorialmanoelribas.blogspot.com.br/>

<http://www.ulbra.br/santa-maria/sobre-a-ulbra>

<http://fames.edu.br/institucional/apresentacao>

<http://www.unifra.br/site/pagina/conteudo/2#>

<http://colegiometodista.g12.br/centenario/sobre-o-colegio/historia>

<http://santa-catarina-historia-geografia.blogspot.com.br/2015/10/os-tratados-de-limites-estabelecendo-as.html>

Praça <http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2012/10/01/a-mesma-praca/?topo=13,1,1,,13>

<http://santamariaemconser.wixsite.com/santamariaemconserva>

<https://pt.wikipedia.org>

<https://WWW.pousadamissoes.blogspot.com/redução>

http://www.revistaferroviaria.com.br/memoriaferroviaria/locomotivas_rs/pages/MG_9238_Santa%20Materia.htm

<http://www.itaara.rs.gov.br/index.php?secao=historia>

lei de terras http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

http://museuferroviariodesantamaria.blogspot.com.br/2010_01_01_archive.html